

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

TAILA DIANGELI KUNZ

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO: EM ANÁLISE A
TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PAMPA – CAMPUS SÃO BORJA**

**São Borja
2016**

TAILA DIANGELI KUNZ

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO: EM ANÁLISE A
TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PAMPA – CAMPUS SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Elisângela Maia Pessoa

**São Borja
2016**

TAILA DIANGELI KUNZ

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO: EM ANÁLISE A
TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PAMPA – CAMPUS SÃO BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 09 de novembro
de 2016

Banca examinadora:



Prof. Dra. Elisangela Maia Pessoa
Orientador
Unipampa



Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva
Unipampa



Prof. Dr. Cesar Beras
Unipampa

Dedico este trabalho a minha mãe Loiva e
minha avó materna Nilva, obrigado por me
incentivar a estudar e também exigí-lo.

AGRADECIMENTO

Dedico este trabalho a minha mãe, a senhora Loiva, e a minha avó materna, senhora Nilva, pois foram estas duas mulheres que me incentivaram e exigiram que estudasse. É graças a minha mãe que não reprovei em nenhum momento no ensino fundamental, já que toda noite me exigia o tema de casa. Dedico também a minha avó, porque é esta mulher que foi minha segunda mãe, enquanto minha mãe trabalhava como doméstica.

As outras mulheres da minha família também são muitos importantes. Minha tia Lori, a qual foi muitas vezes chamada de Taila, e que me acolheu muitas vezes como a uma filha sua. A minha tia Lia, que sempre se preocupou por mim, especialmente pela minha alma.

Agradeço muitíssimo também aos meus tios, pai, irmãos e avô materno. Uma das memórias mais felizes de minha infância e ficar ao lado do meu avô materno, Edgar, a frente do fogão a lenha durante as manhãs. Meu tio Gerson também faz parte da minha infância, principalmente como uma figura paterna ou irmão mais velho, dependendo da ocasião. Ao meu pai Ademir, que me criou como se fosse sua filha de sangue. Aos meus irmãos, que foram e sempre serão uma constante na minha vida, que são irritantes em algumas ocasiões, mas os amo. Meus primos, Alisson, Douglas e Emerson, que são como irmãos.

Também agradeço aos alguns vizinhos e amigos da minha mãe, que me ajudaram na hora de mudar para São Borja.

Aos funcionários, trabalhadores, professores, técnicos da Unipampa, principalmente do campus São Borja, meu agradecimento. São vocês que realizam a tarefa de manter a universidade, mesmo perante os cortes orçamentários, infraestrutura deficiente, etc.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários sou imensamente grata pela acolhida como sua estagiária. A todos os profissionais por estarem sempre disponíveis quando uma dúvida surgia. Também sou grata a Aline Flach por ter aceitado ser minha supervisora de estágio e destinado especial atenção a esta tarefa.

Meu sincero obrigado aos professores e colegas do curso de Serviço Social, pelas lições éticas, conhecimento teórico, ensinamentos a respeito da prática profissional, discussões e debates, orientações, supervisões, entre outros.

Agradeço a participação do ProfºDrº Jorge Alexandre e ProfºDrº Cesar Beras em minha banca, por seus ensinamentos sobre marxismo, capitalismo e sociologia em geral.

A ProfºDrº Elisangela Maia minha eterna gratidão, sobretudo porque não fui a orientanda tranquila e responsável que deveria ter sido. A senhora é uma profissional ímpar, ética, dedicada a suas orientandas, ao curso e profissão, é um exemplo a ser seguido.

Michelli Vidal, Vanessa Garcia e Caroline Lafuente são pessoas únicas a sua maneira, que estiveram presentes em meus melhores momentos e nos piores. Juntas formamos as Mosqueteiras, que como o lema diz, é uma por todas e todas por uma. Vocês três, como já sabem, são pessoas muito importantes na minha vida acadêmica e notadamente na pessoal. Um 'viva' a todos os mates, tererês, cervejas que bebemos juntas, a todas risadas e choros que compartilhamos, exceto os que me faziam chorar de propósito, esses não contam. Que a sorte sempre esteja a nosso favor. Também agradeço a Caroline Fernandes, que é nosso quinto elemento, agradeço a nossa amizade sincera e bruta, mas muito leal.

A todos amigos que fiz em São Borja e pelas viagens acadêmicas da Unipampa, obrigada. E Mariline e Bruno, muito obrigado por me permitirem participar da vida da Alice.

Por último, meu muito obrigado a todos que aceitaram participar da pesquisa que deu vida a este trabalho de conclusão de curso. E a Yasmin e Mary, dos grupos de Trono de Vidro, que me auxiliaram no inglês. Aqueles que porventura não mencionei, me desculpem, mas obrigado por fazer parte da minha história.

“Com a valorização do mundo das coisas,
aumenta em razão indireta a
desvalorização do mundo humano”.

Karl Marx

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Na primeira disciplina foi elaborado um projeto de pesquisa, com tema de Reestruturação Produtiva e Precarização do Trabalho Terceirizado. Esta investigação tinha por problema de pesquisa “Quais as formas de precarização do trabalho que se expressam nas condições sócio ocupacionais dos trabalhadores terceirizados da Unipampa - Campus São Borja?”. A partir do problema foram elencadas três questões norteadoras e três objetivos correspondentes: investigar como os trabalhadores terceirizados compreendem a categoria trabalho e terceirização, para dar visibilidade à noção que se tem sobre violação de direitos dos trabalhadores; verificar quais são as precariedades vivenciadas pelos trabalhadores terceirizados a fim de dar visibilidade às características impostas pelo sistema neoliberal que incidem sobre a reestruturação produtiva; e identificar estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores a fim de evidenciar o embate político que expressa à questão social por meio dos conflitos trabalhistas. A pesquisa foi de tipo qualitativo, com realização de pesquisa com cinco trabalhadores terceirizados que atuam na Unipampa- Campus São Borja, a análise foi de conteúdo a luz do Método Dialético Crítico. A pesquisa possibilitou conhecer as expressões da precarização em um espaço ocupacional público, se os trabalhadores empregam alguma forma de resistência, definição pelos trabalhadores de trabalho, precarização, terceirização. A partir das respostas dos entrevistados, os dados coletados sobre trabalho, precarização, terceirização e resistência podem ser resumidos: na diferença de direitos entre trabalhadores concursados e terceirizados, salários insuficientes para garantir a satisfação das necessidades humanas, e não resistem frente a suas condições de trabalho, precarização, entre outros. Logo, o processo de precarização não é percebido em sua totalidade pelos trabalhadores e também não resistem a este processo, pois acreditam que é ‘normal’.

Palavras-Chave: Reestruturação Produtiva. Precariedade. Precarização. Trabalho. Terceirização.

ABSTRACT

The present Work of Conclusion of Course of fruit of the discipline Work of Conclusion of Course I and II. In the first discipline, a search project was prepared, with subject of Productive Restructuring and Precariousness of the Work Outsourced. This investigation had objective the research, "What forms of precariousness at job are expressed in the socio-occupational conditions of outsourced professionals from Unipampa - São Borja Campus?" From the general objective, what waits to analyze the forms of precariousness of the outsourced work in the Unipampa, from the unfolding of productive restructuring in order to problematize the socio-occupational conditions of professionals. Were elaborated three guiding questions and three corresponding objectives: to investigate how outsourced professionals understand the work and outsourcing category, to give visibility to the notion that has been on violation of the rights of the workers; to verify what are the precariousness conditions experienced by outsourced professionals in order to give visibility to the characteristics imposed by the neoliberal system which affect on productive restructuring; and to identify strategies of resistance adopted by the professionals in order to show up the political crash that it expresses to the social question through the labor conflicts. The research was of the qualitative type, with data analysis through the Critical Dialectic Method and Content Analysis. The research made possible to know the expressions of the precariousness in a public occupational space, if the workers employ some form of resistance, definition for the work workers, precariousness, and outsourcing. Based on interviewees' responses, the data collected on work, precariousness, outsourcing and maintenance can be summarized: the difference of rights between the contested and outsourced workers, insufficient salaries to guarantee the satisfaction of human needs, and do not withstand In their working conditions, precariousness, among others. Therefore, the process of precariousness is not perceived in its totality by the workers and also they do not resist this process, because they believe that it is ordinary.

Keywords: Productive Restructuring. Precariousness. Job. Outsourcing.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Salário Mínimo Nominal e Necessário.....	43.
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CONTRICOM – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

EUA – Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IFES – Institutos Federais de Ensino Superior Federais

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PL – Projeto de Lei

PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TFG – Trabalho Final de Graduação

UERJ – Universidade Estadual do Rio Janeiro

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	15
2.1 O método e as categorias do estudo.....	16
2.2 Tipo de Pesquisa e Coleta de Dados	24
2.3 Análise de Dados	27
3 O MUNDO DO TRABALHO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	29
3.1 Mundo do Trabalho e a Inclusão Forçada.....	29
3.2 Reestruturação Produtiva em Debate.....	34
3.3 Reestruturação Produtiva na Universidade	39
4 O TRABALHO TERCEIRIZADO NA UNIPAMPA – CAMPUS SÃO BORJA A PARTIR DOS DESDOBRAMENTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	41
4.1 A Compreensão da Categoria Trabalho e Terceirização na Concepção dos Trabalhadores.....	43
4.2 A Precarização Vivenciada pelos Trabalhadores Terceirizados	52
4.3 Estratégias de Resistência Adotadas pelos Trabalhadores	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICES.....	72
ANEXOS	74

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por tema a 'Reestruturação Produtiva e a Precarização do Trabalho Terceirizado'. Foi elaborado a partir dos resultados coletados em uma pesquisa com os trabalhadores terceirizados de um campus da Universidade Federal do Pampa.

A partir do tema foi elaborado para o projeto de pesquisa o problema de pesquisa "Quais as formas de precarização do trabalho que se expressam nas condições sócio ocupacionais dos trabalhadores terceirizados da Unipampa - Campus São Borja?". Pretendeu analisar as formas de precarização do trabalho terceirizado na Unipampa – campus São Borja, a partir dos desdobramentos da reestruturação produtiva a fim de problematizar as condições sócias ocupacionais dos trabalhadores.

A pesquisa foi construída a partir da hipótese de que o sistema neoliberal instituído no Brasil desde década de 1990 vem pregando a ação do Estado mínimo, enquanto direitos amplos dos trabalhadores e máximo para o capital. Parte do princípio que a reestruturação produtiva vem retraindo direitos dos trabalhadores, assim o projeto de pesquisa foi construído sob o indicativo de que o trabalho terceirizado inevitavelmente tem gerando precarização das condições de atuação sócio ocupacionais dos trabalhadores de forma geral. Para tanto a pesquisa teve um recorte, analisou apenas o quadro de trabalhadores terceirizados do Unipampa – Campus São Borja para elucidação de afirmações ou até mesmo contradições que podem ser geradas.

Esta pesquisa é relevante pela inexistência de produções a respeito das condições de trabalho de todas as categorias de trabalhadores existentes nas universidades brasileiras. Em um levantamento de publicações a respeito do tema 'Reestruturação Produtiva e Universidade' no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não houve nenhuma publicação encontrada, dos anos de 2002 a 2014 no Brasil. O mesmo ocorreu no portal de periódicos da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), onde não houve resultados encontrados com este tema. Mas pesquisando com as palavras chaves 'trabalho e universidade' encontraram-se cinco resultados, mas todos relacionados ao trabalho do docente na universidade.

Também é importante porque irá debater as categorias precarização do trabalho a partir do ambiente terceirizado. É preciso discutir estas categorias, pois demonstram a exploração do trabalho, a flexibilização, a violação de direitos, o espaço público como um espaço de trabalho precarizado, entendido como “uma *condição* histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho” (ALVES, 2007, p. 104).

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro irá tratar sobre o percurso metodológico que foi utilizado na pesquisa e está dividido em três itens. O primeiro item do capítulo metodológico definirá o método de pesquisa, neste caso Método Dialético Crítico, as categorias do método empregadas na pesquisa e análise dos dados: Totalidade, Historicidade, Contradição e Mediação. Já as categorias teóricas também definidas neste item são: Reestruturação Produtiva, Trabalho, Precarização, Precariedade e Terceirização.

O capítulo dois irá definir com aporte teórico o Mundo do Trabalho e a Reestruturação Produtiva. Este capítulo também está dividido em três subitens. O capítulo definirá o trabalho em seu sentido ontológico e para o capitalismo, as transformações que o trabalho passa com o capitalismo e suas crises cíclicas, a precariedade como condição do trabalho, a precarização e precarização do homem que trabalha, o neoliberalismo, toyotismo e just-in-time, fordismo, a terceirização. Também trará a universidade como um espaço de precarização, visto que não está imune a sistema capitalista vigente.

O último capítulo constituir-se-á na análise dos dados provenientes da pesquisa. Esta dividido em três itens, o primeiro discorrerá sobre qual a compreensão de trabalho e terceirização que ficou evidente na pesquisa. O segundo subitem será a respeito das formas de precarização visualizadas pelos trabalhadores. E o último sobre as estratégias de resistência. Destaca-se que a análise levou em conta a fala dos sujeitos entrevistados por meio da pesquisa qualitativa que da visibilidade a particularidade e singularidade dos sujeitos.

Este trabalho acadêmico é relevante, pois como já foi apontado, não há produção acadêmica sobre a precarização de trabalhadores em universidades que não sejam docentes. E o tema da terceirização é importante ser debatido, a fim de demonstrar os pontos negativos para o trabalhador, especialmente na atualidade brasileira, que está em processo de votação do Projeto de Lei 4330, a chamada Lei da Terceirização.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este Trabalho de Conclusão do Curso – TCC é o resultado do contato com a pesquisa do orientador de bolsa de iniciação científica, que pesquisava os programas de acesso ao trabalho do Governo Federal¹. E também do convívio como discente em um espaço público, isto é, a Unipampa, que emprega diferentes categorias de trabalhadores. Assim, criou-se o interesse pela categoria trabalho e sua relação conflituosa com o capital. Surge o questionamento sobre as mutações que o trabalho na universidade pública passou após a reestruturação produtiva e como os trabalhadores deste espaço ocupacional convivem e resistem a estas mudanças.

A ideia do projeto de pesquisa começou a ser desenvolvida na disciplina de Pesquisa Social I, mas foi aprofundada nas disciplinas de Pesquisa Social II e TCC I. O projeto tem por problema de pesquisa a questão: “Quais as formas de precarização do trabalho que se expressam a partir das condições sócio ocupacionais dos trabalhadores terceirizados da Unipampa - Campus São Borja?”. Portanto como objetivo geral foi almejado “Analisar as formas de precarização do trabalho terceirizado na Unipampa – campus São Borja, a partir dos desdobramentos da reestruturação produtiva a fim de problematizar as condições sócias ocupacionais dos trabalhadores”. Para contemplar o objetivo geral e o problema de pesquisa foram elaborados três objetivos específicos: “Investigar como os trabalhadores terceirizados compreendem a categoria trabalho e terceirização, para dar visibilidade à noção que se tem sobre violação de direitos dos trabalhadores” é o primeiro objetivo específico. O segundo objetivo é “Verificar quais são as precariedades vivenciadas pelos trabalhadores terceirizados a fim de dar visibilidade às características impostas pelo sistema neoliberal que incidem sobre a reestruturação produtiva”. E o último “Identificar estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores a fim de evidenciar o embate político que expressa à questão social por meio dos conflitos trabalhistas”. Assim, os objetivos específicos têm a missão de responderem ao problema de pesquisa.

¹Bolsa de pesquisa com o tema “O papel da Política Assistência Social na inserção produtiva de trabalhadores inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico no período de agosto de 2012 à julho de 2013, financiado pelo CNPQ no programa de iniciação científica Jovens Talentos para Ciência. Orientador da bolsa, Jorge Alexandre da Silva.

Nesse capítulo se da visibilidade a metodologia que pode ser definida como o caminho da pesquisa para chegar aos resultados (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2007). A metodologia utilizada neste trabalho de conclusão de curso foi desenvolvida em um projeto de pesquisa, que é composto por método, tipo de pesquisa, coleta de dados (amostra, técnicas, instrumentos, questões éticas) e análise de dados.

2.1 O método e as categorias do estudo

O Método é o processo metodológico que aborda os procedimentos lógicos da pesquisa. São, pois, “métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações” (GIL, 2007, p.27). O método Dialético Crítico é o método que foi adotado nesta investigação. Será utilizado este método, porque o referido método compreende a realidade a partir de sua base material e não idealística.

[...] mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas vida que determina a consciência (MARX, 2007, p. 94).

O Método Dialético Crítico possui procedimento a ser seguido. Os passos do método seriam a contemplação viva do fenômeno, análise do fenômeno e a realidade concreta do fenômeno (TRVIÑOS, 2011). Parte-se do entendimento de que é necessário apreender os traços essenciais e as mediações referentes aos trabalhadores terceirizados, Unipampa – Campus São Borja, enquanto trabalhadores assalariados. Como diz Grespan (2015), ao sintetizar as explicações de Marx sobre a forma de aparecimento e a essência das coisas:

[...] distinguem-se dois níveis de realidade – o da essência e o de suas manifestações. Melhor ainda, ambos níveis coincidem, mas não “imediatamente”, e

sim por mediações, através das quais a essência aparece com uma aparência diferente. É a própria essência, contudo, que determina esta sua forma diferente de manifestação, e só o faz por ser contraditória (GRESPLAN, 2015, p.22).

Como forma de orientação no processo de investigação ter-se-á como base para o desvelamento da realidade categorias, “[...] a categoria é a explicação dialética, ela apanha o movimento real. A vida no real. [...] Ela implica nesses vários momentos lógicos da reflexão, a historicidade do real que é inegável [...]” (IANNI, 2011, p. 407). Enquanto categoria do método escolhido optou-se pela: Totalidade, Contradição, Historicidade, Mediação. Destaca-se que:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendido quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne normal (GIL, 2007, p.32).

A Totalidade é definida como uma pluralidade de totais, sendo que estes totais estão estruturados, possuem leis e códigos próprios e estão interconectados. Todo fato, situação ou sujeito pode ser considerado um total, pois faz parte da totalidade e qualquer desdobramento haverá reflexo nos demais totais. Logo, recortar um aspecto e estudá-lo isoladamente não permitirá conhecer as relações que mantêm e a lógica da Totalidade da qual faz parte.

A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (LUKÁCS, 1967, p.240).

A pesquisa irá analisar impactos da Reestruturação Produtiva do Capital em um nível micro, porque se restringirá aos impactos deste ato macroeconômico em

uma categoria, trabalhadores terceirizados, inseridos em uma universidade pública brasileira. Portanto, de forma simples, a totalidade, que seria o capitalismo mundial, passou por uma transformação na forma de produção e circulação das mercadorias que afetou um grupo de indivíduos, um total. Entretanto, não será desconsiderado o movimento mundial do capital, pois a Totalidade prevê a interlocução do nível micro com o macro, ou seja, serão discutidos os impactos da economia mundial no ambiente de trabalho da universidade.

Já a categoria dialética Contradição é composta pela Totalidade, mas também componente desta, pois é na Totalidade que há construção de idênticos em contraditórios. E a Contradição é responsável por criar novas totalidades, logo, criam-se novas contradições. Este movimento circular é o movimento do Capital, onde a busca pela superação de um fator cunha o seu oposto, seu contraditório.

A contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios. Na superação, a solução da contradição aparece enriquecida e reconquistada em nova unidade de nível superior. Cada coisa é uma totalidade de movimentos e de momentos e elementos provenientes de suas relações, de sua gênese e de sua abertura (CURY, 1985, p.30).

A relação Capital e Trabalho é o grande motriz de contradição e deste modo, de crescimento do modo de produção. É desta relação que surge os opostos burguesia X proletariado, isto é, a luta de classes. Quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao empresário é reforçada a condição de precariedade, mas o processo de precarização é constituído por diversos fatores. Atualmente a terceirização é um dos elementos da precarização e em um ambiente estatal é contraditória, porque é requisitado neste espaço o servidor concursado, mas a fim de adequar-se ao mercado capitalista reestruturado o Estado cede alguns espaços para conservar a hegemonia.

Na sociedade capitalista, o movimento se dá em consequência do desenvolvimento das contradições que existem em seu seio. Tais contradições se revelam no papel motor da luta de classes na

transformação social. É através deste jogo pugnativo que a sociedade avança. (CURY, 1985, p. 33).

A Historicidade como categoria do método é responsável pelo resgate histórico e interligação deste resgate com os fatos e resultados da pesquisa. Ela é importante, pois os fatos históricos não estão descolados da realidade atual. A Reestruturação Produtiva de que este trabalho irá falar ocorreu nos 1960 à 1970 nos países de primeiro mundo, entretanto seus efeitos são presentes até hoje, por este motivo a categoria Historicidade é importante.

Como a dialética parte do movimento, da mudança, para que a pesquisa seja materialista histórico-dialética, exige-se uma constante revisitação e reconstrução da teoria, justamente porque este enfoque parte da historicidade do fenômeno e, por se tratar de conhecimento histórico, é parcial, provisório e relativo, necessitando ser revisitado e reconstruído constantemente (GOMIDE, 201?, p. 08).

Como é explicitado pela autora, a Historicidade como categoria é exigido que o conhecimento deve ser reconstruído e redefinido ao longo do estudo, porque a história é algo provisório, que transforma-se constantemente.

A categoria Mediação como o próprio nome diz é a conexão e trocas entre dois opostos ou similares. A mediação acontece entre os complexos da totalidade e destes com a Totalidade. Há uma hierarquização das totalidades, a universalidade, singularidade e particularidade. O universal seria a Totalidade, o conjunto de todas as totalidades. Já a singularidade corresponde a um total da Totalidade, a um indivíduo por exemplo. E a particularidade é o campo onde se concretizam as mediações entre o universal e o singular. Quando os trabalhadores resistem a precarização que o mundo trabalho padece, o capitalismo cria estratégias para apaziguar a crise, esta resistência e estratégias de forma simples são a Mediação.

Podemos dizer que a mediação consiste num caminho de apreensão do real através de sucessivas aproximações, e mais do que um processo

reflexivo ela consiste também e necessariamente, num processo prático-concreto (CAVALLI, 2009, 7).

Ressalta-se que as categorias do método vão dialogar com as categorias teóricas do estudo, assim dar-se visibilidade aqui de forma sucinta às categorias teóricas escolhidas para esse estudo. O capitalismo tem por fundamento a exploração do trabalho vivo, isto é, a venda e compra da força de trabalho de uma classe social por outra. Assim, a condição ontológica do capital é o trabalho como mercadoria. Esta qualidade do trabalho no interior deste modo de produção é a precariedade do mesmo, pois,

[...] Deste modo, ao dizermos *precariedade*, tratamos de uma condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A *precariedade* do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da *precariedade* social (ALVES, 2007, p. 113).

Referente ao processo de precarização, pois diferentemente da precariedade que é uma condição a precarização é um processo. Neste processo, o mercado e o Estado tentam diluir os direitos sociais, políticos e trabalhistas conquistados pela classe trabalhadora. A precarização é o processo que reforça a precariedade do trabalho.

A *precarização* é um atributo modal da *precariedade*. É uma forma de ser sócio-histórica da condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Enquanto existir *precariedade* haverá possibilidade objetiva de *precarização* que pode assumir dimensões objetivas e subjetivas. A *precarização* não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital (ALVES, 2007, p. 115).

Na década de 1970 implode nos países de capitalismo central, Estados Unidos, Europa e Japão, uma crise estrutural do mercado capitalista. Esta crise foi assinalada pela superprodução e acumulação, característica do modelo de produção

Fordista. “A crise do capital que atingiu os países capitalistas centrais, em meados da década de 1970, tendeu a impulsionar, [...], uma série de transformações sócio-históricas que envolveram as mais diversas esferas do ser social capitalista” (ALVES, 2011, p. 11).

Para superar esta crise estrutural o capitalismo, revolucionário como é, adotou de forma gradual um novo modelo de produção. Contudo, este novo modelo é dialético, pois no momento em que supera, também mantém algumas características (ALVES, 2007). Este processo de superação da crise é denominado como Reestruturação Produtiva. “[...] depois da aguda recessão instalada a partir de 1973 teve início um processo de transição no interior do processo de acumulação do capital [...] ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (ANTUNES, 2011, p.28). O novo modelo, chamado como Toyotismo, é caracterizado pela produção fluida, flexível e difusa. A produção fluida implica na adoção de mecanismos de controle do trabalho vivo (Just-time) e na exigência de pró-atividade dos trabalhadores. Já a flexibilidade contém vários aspectos, desde a adoção de tecnologias a forma de contratação dos funcionários. E a produção difusa é adoção da terceirização, informalização e subcontratação para a contratação dos trabalhadores (ALVES, 2007). “[...] o que explica melhor o conteúdo oculto da acumulação flexível, isto é, a sua constituição visou extirpar barreiras à exploração da força de trabalho e facilitar o processo de precarização do trabalho vivo” (ALVES, 2011, p. 12).

Assim, a reestruturação produtiva implantou progressivamente o toyotismo e sua proposta de acumulação flexível em todo o mercado. Contudo este avanço do toyotismo não deteu-se à produção e ao mercado, interferiu também no trabalho e no Estado, isto é, em todos os âmbitos da sociedade capitalista.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo sua própria natureza (MARX, 2011, p.211).

Logo, o trabalho em sua concepção ontológica consiste na relação do homem com a natureza, desde o primeiro contato entre eles. E quando o homem transforma um objeto ou matéria-prima em produto, neste processo transforma-se a si mesmo, pois adquire novos conhecimentos e necessidades que complexifica os meios de produção e a relação da humanidade com o ambiente que lhe cerca. E com a progressiva evolução dos meios de produção, os modos de produção também se desenvolvem. E no capitalismo o trabalho adquire algumas características, como a criação de valor de uso e valor de troca, o estranhamento e alienação, trabalho concreto e abstrato, entre outros.

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se *estranhado*. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização *no* e *pelo* trabalho – e pervertido e depauperado (ANTUNES, 2011, p. 144).

Esta degradação do trabalho durante o capitalismo somente agrava-se a cada reestruturação produtiva por qual o capital passa. Na passagem do Fordismo para o Toyotismo há uma massiva desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, a flexibilização das formas de contratação, o desemprego estrutural e conseqüente aumento quantitativo do exército de reserva.

As expressões da precarização do trabalho e das relações de emprego na contemporaneidade configuram-se como um traço da universalidade do modo de produção capitalista em tempo de crise estrutural da composição técnica e orgânica do capital e de seu padrão de acumulação (CEOLIN, 2014, p. 254).

Mas não é somente o trabalho que metamorfoseasse, o Estado também se transforma. “O desmonte do sistema público de proteção social consiste na expressão política das respostas construídas pelo capital mundializado no enfrentamento de sua crise de acumulação” (CEOLIN, 2014, p. 252). Destarte, a minimização do Estado burguês é uma das alternativas adotadas para a superação

da crise estrutural da década de 1970 a 1990. Entre algumas das medidas está o Estado Neoliberal, que diferentemente de seu antecessor (Welfare State) nos países centrais, não é regulador do mercado, propõem o enxugamento dos gastos com direitos sociais e o repasse destes direitos ao mercado como serviços.

[...] A saúde, a educação, a cultura e a pesquisa científica compõem, nesse projeto, o setor de serviços não-exclusivos, os quais o “Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não estatal (‘não-governamental’)”. Tal lógica implica alterações substantivas no campo educacional no que se refere à organização jurídica das instituições educativas, ao possibilitar, entre outros aspectos, novos processos de regulação e gestão e formatos de privatização na arena educacional (DOURADOS, 2002, p. 236).

Esta flexibilização e descentralização do Estado e dos direitos sociais tem impactos nas universidades brasileiras. Esta instituição é imbuída a revisar seu papel social, político e econômico que é um reflexo da sociedade. Assim, quando há transformações na sociedade a universidade, mesmo autônoma, também mudará.

A educação superior no Brasil é emblemática na medida em que se reestrutura, rompendo com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de ações deliberadas em prol de um crescente processo expansionista, balizado por políticas indutoras de diversificação e diferenciação institucional, o qual, no caso brasileiro, tem significado uma expansão pautada, hegemonicamente, pelo aligeiramento da formação e pela privatização desse nível de ensino (DOURADOS, 2002, p. 245-246).

Portanto as transformações que ocorreram e ainda sucedem não modificam apenas o mundo do trabalho, mas sim todos os espaços, entre eles a universidade, que se adéqua ao mercado.

2.2 Tipo de Pesquisa e Coleta de Dados

Foi eleita a pesquisa de tipo Pesquisa Qualitativa. Pois os dados coletados a partir de entrevistas e de documentos referem-se a valores e juízos – portanto levam e conta a perspectiva e fala dos sujeitos – que vão dialogar com categorias teóricas a priori expressas nas palavras chaves do estudo.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 32).

A pesquisa qualitativa ocupa-se de desvendar parte da realidade que não pode ser mensurada em dados objetivos. Segundo Deslandes; Gomes; Minayo (2007), a pesquisa qualitativa, como qualquer outra pesquisa, constitui-se em um ciclo. Para estes autores, a pesquisa qualitativa possui três etapas, fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. A fase exploratória é a etapa de preparação da pesquisa. O trabalho de campo é a execução do projeto de pesquisa no campo, é a coleta de dados. E a análise e tratamento do material subdividem-se em três etapas: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise propriamente dita. Porém, esta categorização da pesquisa como um ciclo não implica em estagnação da mesma, mas sim,

Dentro da perspectiva qualitativa a pesquisa será exploratória, pois segundo GIL (2010) as pesquisas exploratórias são aquelas que envolvem levantamento bibliográfico como primeiro passo, entrevistas com pessoas que possuem experiência no assunto investigado e análise de exemplos para auxiliar na compreensão.

O meio de coleta de dados que foi utilizado nesta pesquisa consiste na pesquisa de campo. O estudo de campo é o meio de coleta de dados que

proporciona o aprofundamento das questões levantadas com o problema de pesquisa. Assim, esta pesquisa será qualitativa, exploratória e seu meio de coleta será pesquisa de campo.

O universo que corresponde aos objetivos da pesquisa constitui em todos os trabalhadores terceirizados que laboram na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. A amostragem para este universo é amostragem por conveniência. Neste tipo de amostragem é o pesquisador que seleciona quais membros ou elementos participarão do estudo, porém, a amostra deverá equivaler ao universo em suas características. Optou-se por um recorte de oito² trabalhadores – no universo de motoristas, vigias, porteiros e faxineiras –. Ressalta-se que a pesquisa qualitativa não preza por dados quantitativos, mas para visão expressa pelos sujeitos.

O risco pode ser presenciado caso algum indivíduo sentisse desconforto em responder alguma pergunta, uma vez que estavam avaliando seu cotidiano, nesse caso poderiam desistir de participar do estudo ou passar para outra pesquisa. Enquanto benefícios registra-se que a partir da fala dos sujeitos puderam ser pensadas estratégias de resistência e fortalecimento da classe trabalhadora terceirizada.

Foi usado como critério de inclusão sujeitos que sejam trabalhadores terceirizados da Unipampa - Campus São Borja e estejam atuando a pelo menos há um ano na instituição, pois se entende que esse tempo de atuação propicia base para compreensão de como se estrutura a perspectiva de trabalho terceirizado. Quanto critério de exclusão não foi entrevistado quem necessitava de alguma necessidade especial como, por exemplo, interprete de libras, pois as pesquisadoras não dispõem de recursos para atendimento especializado. As entrevistas foram realizadas na Unipampa – Campus São Borja.

Para adesão dos indivíduos ao estudo, mediante autorização da Coordenação Administrativa foi agendada sala no Campus para apresentação do projeto. Os terceirizados foram convidados verbalmente pelas pesquisadoras para participar de reunião de apresentação do projeto. Caso mais que oito sujeitos desejassem

² A amostra era de oito sujeitos, contudo no decorrer da pesquisa foram entrevistados somente cinco sujeitos.

participar do estudo a amostra seria ampliada. Da mesma forma o retorno dos resultados será realizado por meio de reunião onde a categoria dos terceirizados – sujeitos da pesquisa e demais trabalhadores – serão convidados para explanação dos resultados da pesquisa.

A técnica de coleta de dados utilizada foi à entrevista semiestruturada. Este modo de entrevista pauta-se em um questionamento inicial apoiado em teorias e hipóteses ou questões norteadoras, mas permite novos questionamentos durante a entrevista, que não foram pensados e adicionados ao roteiro anteriormente (TRIVIÑOS, 2011). Assim, “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 2011, p. 146).

O instrumento de coleta de dados foi constituído por roteiro norteador (Apêndice A) com questões abertas e fechadas para a realização da entrevista semiestruturada com a amostragem proposta. As questões deste roteiro de entrevista semiestruturada foram orientadas pelos objetivos e questões norteadoras deste projeto de pesquisa.

Este projeto de pesquisa preservou as normas éticas referentes à pesquisa com seres humanos, conforme Resolução CNS 466/12 – portanto foi apreciado pelo CEP da Unipampa – e correlatas, e Código de Ética Profissional do Assistente Social. Assim, os sujeitos entrevistados não terão seus nomes divulgados no trabalho de conclusão de curso. Seus nomes foram substituídos por letras do alfabeto de forma aleatória, não respeitando a ordem em que ocorreram as entrevistas. O projeto foi aprovado pelo CEP sob o parecer de número 1.806.449 (Anexo A).

A gravação em áudio como apoio na transcrição da entrevista, somente foi realizada com o consentimento dos entrevistados. Os áudios resultantes destas entrevistas foram transcritos e apoiaram o pesquisador caso surja alguma dúvida acerca de alguma opinião ou resposta do sujeito, em caso negativo as respostas serão anotadas simultaneamente. Todas estas questões e outros esclarecimentos estão disponíveis no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Tal documento foi explicado ao entrevistado antes da entrevista e foi assinado em duas

vias, uma ficará com o pesquisador e a outra com o entrevistado, resguardando os direitos das partes.

2.3 Análise dos Dados

A análise dos resultados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo. Esta forma de análise de resultados de pesquisa consiste na avaliação do conteúdo expresso em falas ou não.

Existem diferentes técnicas de organização e análise dos dados na pesquisa qualitativa, sendo a Análise de Conteúdo uma destas possibilidades nas ciências sociais aplicadas. A análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde busca-se descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a Análise de Conteúdo é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos (CALVACANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014, p. 13).

O modelo de análise de conteúdo que será empregado é o de GIL (2007), que define a análise de conteúdo como uma descrição do conteúdo das comunicações e almeja a interpretação destas comunicações (Gil, 2007). Este autor divide a análise de conteúdo em três fases: a pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados, inferência e interpretação. (BARDIN, 1977 apud GIL, 2007).

A pré-análise é o momento de organizar os dados e preparação do material para análise. É realizada uma leitura superficial, que suscitará uma reformulação de hipóteses ou confirmação das hipóteses iniciais, e por fim, construção dos pontos principais da interpretação final dos resultados.

A exploração do material consiste em administrar o que foi decidido anteriormente. É um processo de sintetização do material colhido do campo de pesquisa. Nesse processo é realizada uma redução das respostas a uma palavra, expressão que ilustra toda a fala/texto. Portanto, em uma pesquisa qualitativa é selecionada um trecho da fala de um sujeito que expresse a resposta da maioria dos pesquisados ou que responda a um objetivo. E o tratamento dos dados, inferência e

a interpretação, que é a última etapa da Análise de Conteúdo é a análise em si, onde os dados tornam-se válidos e significativos.

A Análise de Conteúdo é importante em pesquisas qualitativas, pois permite que o conteúdo de um texto ou fala seja destacado como importante, não somente a sua frequência, mas pelo conteúdo que contêm. Segundo Cavalcante; Calixto e Pinheiro (2014, p. 17) “[...] as possibilidades que esse tipo de método proporciona e que apesar das limitações, permite o estudo dos fenômenos sociais atrelados a um objeto, bem como suas interações”. Portanto, este método de análise dos resultados foi adotado na pesquisa porque permite que uma fala responda as questões norteadoras, mas não despreza a constância das respostas.

3. O MUNDO DO TRABALHO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Neste capítulo será abordada a definição histórica e teórica das categorias teóricas do estudo a partir do capitalismo a partir do viés marxista norteador da pesquisa. Em um primeiro momento será definido Trabalho, e a partir deste a evolução histórica do capitalismo, as metamorfoses do trabalho, entre elas a inclusão forçada, precariedade, subproletarização e precarização-do-homem-que-trabalha. No segundo item desta capítulo será conceituado Reestruturação Produtiva, capitalismo, neoliberalismo, Toyotismo, Fordismo, terceirização. Já no último item será discutida a Universidade como espaço de precarização.

3.1 Mundo Do Trabalho e a Inclusão Forçada

A partir das ideias publicadas por Karl Marx há uma nova maneira de compreender o trabalho, a sociedade e o capital. O trabalho é compreendido nesta teoria como ontologicamente fundante do ser social. É o intercâmbio entre o ser humano e a natureza, em sua definição mais simplista (MARX, 2011).

Anteriormente ao salto fundante do ser social, os hominídeos ancestrais apenas satisfaziam suas necessidades instintivas (alimentação e reprodução) sem modificação da natureza, através da captura-coleta de seu alimento e consumo ao natural. Mas a descoberta do fogo e das mudanças que ocorrem ao longo de um determinado período na natureza (verão, outono, inverno e primavera) possibilitaram que o homem controlasse alguns elementos naturais e desta forma intervisse na natureza. Assim, a partir do trabalho, que neste caso poderia ser o cozimento de um alimento ou o cultivo do alimento (agricultura e pecuário) modificou o ser humano, porque se deu o salto para o ser social.

A exteriorização ou objetivação são traços ontológicos da atividade do trabalho humano-genérico. O homem é um animal que produz objetos, isto é, se objetiva em produtos. É o que se denomina objetivação ou exteriorização. É através do processo de objetivação (do trabalho) que o animal homem se tornou ser humano (ALVES, 2007, p. 20).

O trabalho é orientado por um processo de trabalho, que é composto por um sujeito, instrumento de trabalho e um objeto de trabalho, neste caso a natureza. O resultado do processo de trabalho não é apenas material, mas também imaterial.

Pois todo processo de trabalho cria e acrescenta um novo conhecimento ao ser humano e também novas necessidades.

Toda atividade de objetivação e de produção de valores-de-uso que visa satisfazer necessidades humanas é constituído por tais elementos. O que representa, de um lado, o *homem* e de outro, os *meios de produção*. Eis os nexos essenciais da produção material no interior da qual a espécie humana evoluiu. Estas são quase determinações naturais da atividade humano-genérica do trabalho propriamente dito (ALVES, 2007, p.36).

O processo de trabalho esteve e está presente em todas as atividades humanas. Mas é a partir do capitalismo que este processo é estranhado ao ser social. O capitalismo é o modo de produção que tem por regra básica a produção de mais-valia³, que se dá através da troca de mercadorias. Entretanto, em modos de produção anteriores e pré-capitalistas também houve troca de mercadorias, mas é no capitalismo que a troca de mercadorias (mercado) rege a produção e reprodução social. “O que antes era tão-somente formas residuais de dinâmica societária, como o mercado e a forma-mercadoria, tornou-se, com o modo de produção do capital, eixo estruturante da sociabilidade e da produção social” (ALVES, 2007, p.20). Portanto, o trabalho no capital é multi-determinado, pois não se restringe a produzir valores-de-uso, mas a produzir valores-de-troca, a mais-valia.

Entretanto, sob determinadas condições históricas da propriedade privada e da divisão hierárquica do trabalho, a produção de *objetos* se interverteu em produção de coisas-mercadorias. O objeto de trabalho (ou o produto do trabalho) se tornou *coisa*, ou seja, tornou-se uma *coisa*, produto-mercadoria, intransparente, fetichizado, que nega o próprio sujeito humano, o ser genérico do homem. A objetivação assume deste modo, uma forma estranhada (ALVES, 2007, p.20).

A reprodução do capital e do homem é determinada pela produção de mais-valia, sendo que esta foi apresentada por Marx como D-M-D', isto é, dinheiro-mercadoria-dinheiro acumulado. Esta fórmula representa a circulação de mercadorias no capital e, assim, o mercado. Apenas a mercadoria contém mais-valia, como é o homem que cria valores-de-uso, será ele também que criará valores-

³ A Mais-Valia é o lucro do capitalista, é o excedente da produção. Ela é produzida a partir das horas de trabalho que não são remuneradas ao trabalhador e pela circulação das mercadorias produzidas, desta forma, é o lucro do capitalista. Ela foi apresentada sob “A fórmula geral do capital, indicada por Marx, é D-M-D' (onde D é igual a dinheiro, M é mercadoria e D' é o dinheiro acrescido de mais-valor)” (ALVES, 2007, p.17).

de-troca (mais-valia). Logo, o processo de trabalho será produtor de valores-de-uso e mais-valia, e todos os seus componentes serão mercadorias, inclusive o homem.

[...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1985, p.50).

Mas não é o trabalho em si que é comercializado, mas a capacidade humana de trabalho (força de trabalho). Assim, no *Capital* uma parcela da população é detentora dos meios de produção (burguesia) e a outra somente de sua força de trabalho (proletariado), que vende para os detentores dos meios de produção. Porém, a criação de valores-de-uso não é relevante para o capital, pois é o valor-de-troca no capitalismo que dispõe a circulação das mercadorias.

Se na formulação marxiana o trabalho é ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e alvitado. Torna-se *estranhado*. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização *no* e *pelo* trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser forma humana da realização do indivíduo reduz-se a única possibilidade de subsistência do despossuído (ANTUNES, 2011, p. 126).

O trabalho no capitalismo é contraditório, pois o homem que está inserido no processo de trabalho não é o indivíduo que idealizou o produto e não será dono do resultado dessa idealização. O proletariado, que vende sua força de trabalho, operacionaliza a idealização da burguesia, detentora dos meios de produção. Assim, o produto é imaginado pela burguesia, produzido pelo proletariado, o resultado é pertencente à burguesia, que o comercializa no mercado.

A precariedade é uma condição ontológica do capital, pois diz respeito à condição de uma classe ter que vender sua força de trabalho à outra. Como diz Vargas (2012, p. 01), “Definido, inicialmente, como um trabalho exercido em condições que colocam aqueles que o executam em uma situação de risco, fragilidade ou vulnerabilidade, [...]”. Assim, a precariedade diz respeito aos riscos e

vulnerabilidades que o trabalhador se expõe ao vender sua força de trabalho e ao contingente de reserva, aqueles que não estão inseridos no mercado de trabalho. Entretanto, como o capitalismo se modifica por causa de suas crises, seus processos de reprodução também, neste caso a precariedade se agudiza.

O surgimento do *abominável mundo do trabalho precário* significa a ampliação do contingente *estagnado* da superpopulação relativa. O exército ativo de trabalhadores com ocupação completamente irregular, como observou Marx, “proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável da força de trabalho disponível.” É o que observamos hoje com as novas formas da precariedade capitalista: máximo tempo de serviço e mínimo de salário (ALVES, 2007, p. 106).

Portanto, a precariedade tem como novas faces a expansão do contingente de reserva do proletariado, desemprego estrutural ou subproletários, salariato precário, que são os trabalhadores inseridos em precariedade extrema. Esta expansão do contingente de reserva não é apenas sua expansão, mas também a exclusão destes indivíduos, pois anteriormente a mundialização do capital o contingente de reserva era composto “trabalhadores assalariados excedentes”. Porém, após surgem os excluídos do novo metabolismo do capital, que são as massas de desempregados ou subproletários, que pelo desenvolvimento de tecnologias e outros fatores, tornam trabalho produtivista e inviabiliza a inclusão destes indivíduos no ambiente de trabalho (ALVES, 1999).

Porém esta exclusão não quer dizer que estes indivíduos não tenham papel na reprodução do capital, porque este subproletariado funciona como uma forma de regulação da força de trabalho empregada, ou seja, o trabalhador empregado está sob a égide de uma ameaça velada, que não é o único capacitado e disponível para realizar seu trabalho. Deste modo, a forma correta é afirmar que este subproletário está inserido obrigatoriamente neste processo.

A rigor, designaremos de forma mais clara o processo se o caracterizarmos como uma *inclusão forçada*. A exclusão, historicamente constituída e perpetuada — a impossibilidade de assegurar a subsistência —, converter-se-ia na impossibilidade prática de escapar a esse processo. Essa inclusão forçada assegurava a própria sobrevivência do sistema, ao submeter e disciplinar a força de trabalho necessária à sua existência (FONTES, 1996, p. 04).

Logo, o exército de reserva está excluído dos processos de trabalho, mas incluído forçadamente na reprodução do capital, no momento que garante a disciplina da força de trabalho, imprescindível para a manutenção do capital.

Enquanto a precariedade é uma condição ontológica do capital, a precarização é “[...] um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (ALVES, 2007, p. 114). Sua dimensão histórica é referente que esta categoria não é linear e imutável, conforme o capital e o trabalho mudam esta categoria também se altera. A precarização é determinada pela luta de classes e correlação de forças entre o capital e trabalho (ALVES, 2007).

Após a mundialização do capital, a precarização atinge os trabalhadores que possuíam seus direitos garantidos legalmente através, principalmente, da flexibilização de direitos. Para Alves (2010) a precarização no mundo do trabalho possui duas dimensões: a precarização do trabalho e precarização do homem que trabalha.

As novas relações flexíveis de trabalho promovem mudanças significativas no metabolismo social do trabalho tendo em vista que alteram a relação “tempo devida/tempo de trabalho” e alteram os espectros da sociabilidade e auto-referênciapessoal, elementos compositivos essenciais do processo de formação do sujeitohumano-genérico. São as relações flexíveis do trabalho que instauram a nova condição salarial que põem novas determinações no processo de precarização do homem que trabalha (ALVES, 2010, p. 07).

Assim, para além do processo de precarização do trabalho, com desregulamentação de leis, flexibilização de direitos, jornada e salários, há também a precarização do homem que trabalha. Este processo inicia com a captura da subjetividade que o toyotismo emprega, onde o trabalhador é convocado a participar do processo de trabalho não apenas em uma tarefa, mas de forma polivalente. Logo este sujeito deverá dispensar maior parte de seu tempo de lazer a formação, capacitação e qualificação a fim de se manter ativo no mercado de trabalho. A precarização do homem que trabalha é o processo no qual sua vida pessoal é reduzida a função de trabalhador.

3.2 Reestruturações Produtivas em Debate

No período entre os anos de 1720 a 1840 ocorre a consolidação do Capitalismo como modo de produção, este processo tem por nome Revolução Industrial. Esta revolução é a concretização de um modo de produção que estava crescendo há algum tempo, como expressão o mercantilismo, que foi a transição do feudalismo para o capitalismo.

O capital tem dois princípios: a propriedade privada dos meios de produção e a produção motivada pelo lucro e não pela necessidade. Com a propriedade privada surge o trabalho assalariado, conforme De Holanda (2002, p.25), “Na sociedade capitalista, o trabalho deixa de ser aquele momento de realização humana e se transforma numa atividade prática negativa, no trabalho estranhado, isto é, numa forma histórica do trabalho”. Deste modo, o trabalho para os despossuídos dos meios de produção é a maneira de garantir a sobrevivência, assim, vende sua força de trabalho (proletariado) para os detentores dos meios de produção (burguesia). Portanto, o trabalhador não terá mais controle do processo de trabalho, pois este é determinado por seu patrão (burguesia), deixando de ser realização humana para garantia de sobrevivência.

Como a produção de mercadorias no capitalismo é voltada para a produção de lucro (mais-valia) ela suscita a concorrência. No princípio do capitalismo a concorrência era livre, isto é, não havia intervenção do Estado no mercado capitalista. Logo, a livre-concorrência pressionava aos burgueses produzir e vender a mercadoria com o menor preço possível e para isso os meios de produção deveriam sofrer sucessivas inovações tecnológicas, como a máquina a vapor, eletricidade, automação e robotização. Contudo, este aumento na quantidade de mercadorias produzida causa a superprodução, que desvaloriza as mercadorias e assim, diminui taxa de lucro da burguesia. Este é o desenho de uma crise no sistema capitalista chamada por alguns autores de crises cíclicas.

A Reestruturação Produtiva constitui estratégia adotada pelo capital objetivando superar sua crise estrutural de acumulação que iniciou nos anos de 1960-1970, também foi superação dialética do fordismo-keynesianismo pelo toyotismo. Destaca-se que até o final da Segunda Guerra Mundial o Fordismo estava restrito às indústrias americanas. Esta configuração da produção estava pautada na integralização do homem - máquina. O trabalhador deveria incorporar-se a linha de

produção que era determinada pela máquina. Eram exigidos movimentos repetitivos, como demonstrou personagem de Charles Chaplin no filme Tempos Moderno (1936).

Iniciamos, reiterando que entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções, pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho, pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição, consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (ANTUNES, 2006, p. 25).

Esta linha de produção estimulava produção em massa, da qual os próprios trabalhadores fordistas usufruíam das mercadorias produzidas, devido à média salarial mais alta em comparação aos demais trabalhadores não-fordistas. Isto acontecia porque ao tornar os trabalhadores em consumidores finais o mercado amplia seus horizontes.

Torna-se importante pontuar que o Keynesianismo é um conjunto de medidas proposto por Keynes para os Estados Unidos superar sua crise de 1929. Estas medidas propunham que o Estado interviesse no mercado ao requisitar para si o fornecimento de alguns serviços, como saúde, educação, transporte, entre outros. É no período compreendido entre os anos do pós-guerra e meados de 1970 que o capitalismo vivencia uma plena expansão e concretização do Estado Social ou Welfare State.

O fordismo se constituiu como *modo de desenvolvimento* não devido apenas às suas virtuosidades enquanto dispositivo de organização do trabalho propriamente dito, mas porque se articulou, num determinado contexto geopolítico e de luta de classes, com um modo de desenvolvimento de cariz keynesiano, capaz de garantir demanda efetiva para a produção de massa, num período de ascensão histórica do capital. Tais condições históricas não existem hoje para o toyotismo como modo de organização do trabalho capitalista (ALVES, 2007, p. 169).

A partir dos anos 1970 o capitalismo adentra em uma crise estrutural. A porcentagem de acumulação da burguesia decai devido à queda de preços pela superprodução decorrente da produção em massa fordista.

A crise do capital como crise estrutural ocorre a partir de meados da década de 1970. Ela tem sido objeto de consideração de vários autores que constatarem o esgotamento de um ciclo de desenvolvimento capitalista. Mas o que existe hoje é a passagem para uma nova época histórica do capital com um novo modo de controle sócio-metabólico. O ciclo capitalista continua ativado, com altos e baixos na conjuntura da dinâmica econômica, instável e volátil devido a aguda financeirização da riqueza capitalista (ALVES, 2007, p. 148).

Como Marx afirma a classe burguesa é revolucionária por si mesma, assim sendo, quando o capitalismo sucumbe a uma crise, é colocado em curso pela burguesia alternativas para superar a crise. Para vencer a crise estrutura de 1970 o capitalismo estipula novas normas e formas de produzir e regular o mercado, que ficaram conhecidos como Reestruturação Produtiva. As principais expressões da Reestruturação Produtiva são o Toyotismo e o Neoliberalismo.

Como seu antecessor, o fordismo, o toyotismo surge no interior de uma indústria automobilística, neste caso a Toyota no Japão. Diferentemente do fordismo, o toyotismo não produz em massa, mas conforme a demanda (produção flexível); não há uma fragmentação do trabalho em tarefas individuais, mas uma exigência que o trabalhador execute uma pluralidade de tarefas; é exigido também o melhor aproveitamento possível do tempo de trabalho (Just in time).

Os protocolos organizacionais do toyotismo, muitos deles traduzidos em valores e regras de gestão do trabalho vivo, dos mais diversos tipos, atingem os empreendimentos capitalistas, seja na área da indústria, seja na área de serviços (inclusive na administração pública). Eles articulam, no plano da subjetividade da produção capitalista, um novo regime de acumulação centrado no *principio da flexibilidade* (categoria central da acumulação capitalista num cenário de crise estrutural) (ALVES, 2007, p. 157).

Juntamente ao toyotismo é desenvolvido o ideário neoliberalista na década de 1990, que resgata os valores do liberalismo econômico clássico, como a restrição da intervenção estatal na economia, tornando esta intervenção o mínimo possível, apenas para serviços imprescindíveis. O neoliberalismo também prega a flexibilização de direitos civis e trabalhistas e o repassa de políticas públicas estatais para o mercado, como a saúde e educação. O neoliberalismo contrapõe os ideais keynesianistas, de que o Estado deve investir para o capital superar sua crise. Para o neoliberalismo é o mercado que deve se responsabilizar das políticas como

serviços, destaca-se que essa premissa passa ser difundida nos países por meio de acordos e consensos ⁴.

Como característica comum ao Neoliberalismo e Toyotismo propõem flexibilização de antigos padrões para a legitimação de novos, por exemplo: produção flexível, jornada flexível, flexibilização de direitos, mercados flutuantes, acumulação flexível, entre outros.

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado (ANTUNES, 2006, p. 36).

O mundo do trabalho com o toyotismo passou por profundas transformações, como principal característica o desemprego estrutural. O primeiro motivo do desemprego estrutural é a produção flexível. Como a produção é orientada conforme a demanda, não é necessária a mesma quantidade de trabalhadores que em uma indústria de produção em massa como no fordismo. O segundo motivo é o avanço tecnológico que ocorre no interior das indústrias, com a automatização e robotização das máquinas, onde apenas um trabalhador é em alguns casos necessário para comandar várias máquinas. E por último, com a horizontalização da produção, não é imprescindível a presença inspetores de produção, pois os próprios trabalhadores controlam a produção, como o sistema de metas de produção por exemplo. Entretanto, como a produção é flexível, obedece às demandas do mercado, a empresa capitalista emprega estes trabalhadores através do trabalho informal, subcontratado, terceirizado ou temporário.

Destaca-se então que a terceirização é “[...] um processo de transferência, dentro da firma (empresa-origem), de funções que podem ser executadas por outras empresas (empresa-destino)” (BRASIL, 1993, p. 07), como exemplo uma indústria

⁴ Destaca-se entre os acordos o chamado Consenso de Washington é considerado como marco do neoliberalismo a nível mundial. Este consenso foi uma reunião informal de organismos financeiros americanos e internacionais que tinham sua sede na cidade de Washington D.C. Esta reunião tinha por objetivo compor medidas para a crise nos países da América Latina e integrá-los ao mercado mundial. As medidas que foram definidas foram as que obtiveram sucesso em outros países, como Inglaterra e EUA. Resumidamente foram definidas dez medidas: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação, direito à propriedade intelectual.

de automóvel terceiriza a produção de algumas peças automotivas (buzinas, pneus, pára-brisa) e a limpeza e manutenção da estrutura física da empresa. Para a empresa que terceiriza o serviço é benéfico, pois há uma economia de gastos e se desresponsabiliza das incumbências trabalhistas. No serviço público a terceirização é considerada uma saída para economizar os recursos públicos e também repassar algumas funções do Estado para o capital.

Além da terceirização, outro incremento proposto pelo toyotismo foi o Just in Time, é um processo de produção para que esta seja enxuta. Para o Just in time funcione corretamente, é preciso que as peças necessárias à produção entrem na linha montagem na quantidade necessária e no momento correto. Para que o Just in time funcione é preciso a 'colaboração' dos trabalhadores, é nesse momento que o Just in time ultrapassa as paredes da fábrica.

Nossa hipótese é que o modo de vida *just in time* implica maior carga de pressão no plano psíquico do homem-que-trabalha, tendo em vista que ele opera o fenômeno da *vida reduzida*. Na medida em que a produção toyotista torna-se totalidade social, ela impregna a vida social de elementos valorativos do produtivismo capitalista. O trabalho abstrato, que nasce na fábrica, dissemina-se pela sociedade burguesa. Por isso, temos salientado que, nas condições do capitalismo global, a extensão do trabalho abstrato pela vida social, com as formas derivadas de valor, promovem o fenômeno da "vida reduzida" (ALVES; VIZZACCARO-AMARAL; MOTA, 2011 apud ALVES, 2013, p. 240).

Portanto, no toyotismo, a vida humana é capturada por sua vida de trabalhador, sua vida é reduzida à condição de trabalhador. Como modelo, temos o tempo dedicados à formação e capacitação que o homem na atualidade para adentrar e se manter no mundo do trabalho.

Com a vida reduzida, o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que ocupa o tempo de vida das pessoas com a lógica do trabalho estranhado e a lógica da mercadoria e do consumismo desenfreado (ALVES, 2013, p.240).

Neste movimento de captura da subjetividade humana pelo toyotismo a precarização do trabalho não se restringe mais a ele apenas, passa a ser precarização do homem que trabalha via chamada reestruturação produtiva, presente em diversos espaços, inclusive no âmbito das universidades.

3.3 Reestruturação Produtiva na Universidade

O termo universidade é a tradução atual da palavra em latim *universitas*, esta palavra está relacionada ao ambiente universitário a partir do século XVIII, antes disso era traduzida como conjunto de pessoas ou corporação. Há uma pluralidade na definição de universidade e de sua origem, alguns afirmam que as primeiras universidades surgiram na Grécia e Roma Antiga, outros atribuem ao século XII. Contudo, o que há de similar a todas estas definições de universidade é que são formas de ensino superior que foram implementadas naquele tempo e espaço. Assim, universidade é uma das configurações que o ensino superior pode adquirir.

A partir do invento da escrita, muitas civilizações, antigas ou exteriores à Europa ocidental, criaram, sob uma forma e outra, um ensino superior. [...] Se aceitarmos atribuir à palavra Universidade o sentido relativamente preciso de 'comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior', parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo, pelas vicissitudes múltiplas, perdurou até hoje (apesar da persistência, não menos duradoura, de formas de ensino superior diferentes ou alternativas) e disseminou-se mesmo por toda Europa e, a partir do século XVI, sobretudo, dos séculos XIX e XX, por todos os continentes (CHARLE; VERGER, 1996, p. 7-8).

O ensino superior não se reduz apenas ao atrelamento as universidades estruturadas aos modelos tradicionais, engloba as pós-graduações, os cursos pós ensino médio, entre outros dialeticamente. Já a universidade não é imutável ao longo dos séculos, conforme a sociedade transforma-se, a universidade também se modifica.

A instituição denominada Universidade em épocas e regiões diversas, com modos de produção, níveis de desenvolvimento social e econômico distintos, padrões culturais profundamente diferentes é, também ela, em verdade, muito diferente: não tem correspondido a um modelo único e tem se ajustado, ao longo do tempo, à realidade contextual. (...) Assim, considera-se que, apesar de existir por vários séculos e em países profundamente distintos entre si, não há um conceito único e universalmente válido de universidade, nem suas funções são as mesmas em tempo e espaços diferentes (BELLONI, 1992, p. 71).

A partir da Reestruturação Produtiva, os organismos estatais são chamados a adequarem-se as demandas do mercado, pois este é considerado apto a superar as

mazelas (pobreza, desemprego, exclusão) e não mais o Estado. Logo, o Estado passa a ser mínimo e as privatizações, desregulamentação e flexibilização de leis, direitos e o repasse da responsabilidade de políticas sociais são mercado passam a ser a realidade. Assim, a educação é política pública de responsabilidade do estado, porém seu objetivo estabelece “[...] a educação como ponto chave na formação da mão-de-obra que atenda o mercado. Portanto a educação passa a ser fator decisivo deconsolidação de novos modelos de produção” (KORITIAKE, 2008, p.64).

Como o ensino superior no Brasil compõe a política pública de educação, não está descolada da realidade de formação de mão-de-obra para o capital e assim, de sua reestruturação produtiva. Imediatamente, a universidade brasileira também passa pelo processo de reestruturação, onde a formação de trabalhadores qualificados supera a procura pelo conhecimento científico,

Nesta concepção, a flexibilidade funcional e a qualificação da nova força de trabalho exigem uma educação mais elevada da mão-de-obra, onde novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais, além de bom domínio de linguagem oral e escrita, de conhecimento científico básico e uma iniciação nas linguagens de informática são fatores básicos deste novo perfil da força trabalhadora exigido pelo mercado, além de formar o consumidor competente, exigente e sofisticado (KORITIAKE, 2008, p.67).

A universidade também se torna um espaço precarizado a partir da Reestruturação Produtiva, como expressões disso há a terceirização de suas funções secundárias, a cada ano cargos efetivos são extintos pelo ministério da educação para abrir margem à contratação via licitação de empresas terceirizadas que passam inserir trabalhadores em instituições universitárias de forma aleatória sem que esses compreendam as especificidades desse espaço laborativo o que se agrava quando esses percebem que seus direitos estão à margem ou restritos em comparação aos direitos dos demais trabalhadores da instituição.

Mesmo que o recorte desse trabalho não resida nessa questão não há como não indicar enquanto reestruturação produtiva o próprio produtivismo acadêmico, que colocam docentes e discentes em uma corrida desenfreada por currículo enquanto afirmação, competição, promoção, progressão, acesso a bolsas, etc.

Ainda destaca-se a emergência do Ensino a Distância, a diminuição do repasse orçamentário, o ranqueamento dos cursos devido a notas como o ENADE, entre outros fatores. Portanto, como a universidade é uma instituição forjada pela sociedade, esta passará pelos mesmos processos.

4 O TRABALHO TERCEIRIZADO NA UNIPAMPA – CAMPUS SÃO BORJA A PARTIR DOS DESDOBRAMENTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Como já foi descrito no capítulo metodológico a amostra da pesquisa se constituiu por oito sujeitos que laboram no campus São Borja da Unipampa, a partir de contratos terceirizados. Atualmente neste campus da universidade há cinco empresas contratadas. Uma é responsável pela segurança do campus, outra pela portaria, uma pela manutenção e limpeza, outra pela contratação de motoristas e a última pelo restaurante universitário.

Destas cinco foi contata uma empresa, que permitiu a realização da pesquisa com seus funcionários. O total de funcionários que trabalham para essa empresa neste campus específico são nove, quatro para manutenção e cinco para limpeza. Entretanto, dos oitos sujeitos contatados para a realização da pesquisa, apenas cinco aceitaram. Dois sujeitos que não queriam participar não determinaram o motivo da recusa e o outro afirmou que não conhecia muito bem a temática da pesquisa e estava recentemente trabalhando neste ambiente de trabalho, por estes motivos não gostaria de participar da pesquisa. O outro trabalhador não pode ser entrevistado porque trabalhava em um horário que a pesquisadora não poderia realizar a pesquisa.

A idade média dos sujeitos entrevistados é de 37 anos, o mais novo possui 33 anos e o mais velho 43 anos. Foram entrevistados quatro homens e uma mulher, assim a amostra foi composta por adultos. O tempo médio de serviço por esta empresa é de um ano e três meses, sendo que o mais recentemente contratado (entre os entrevistados) trabalha há sete meses e o mais antigo trabalha há dois anos. Todos já trabalharam em média em mais duas empresas, dado que indica uma rotatividade de trabalhadores nas empresas e isto pode estar aliado à terceirização. Destaca-se que “Os dados sobre a rotatividade dos terceirizados são alarmantes: 44,9% de todos os terceirizados saíram do emprego enquanto 22% dos diretamente contratados passaram pela mesma situação” (CONTRICOM, 2015, p. 03).

Todos possuem a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente assinada e assim, alguns dos direitos trabalhistas estarão assegurados, como o Seguro por Acidente de Trabalho, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Salário Mínimo Nominal, entre outros. Porém, como o objetivo da

terceirização é a diminuição dos custos fixos da empresa, muitas vezes os direitos dos trabalhistas são desrespeitados.

A terceirização está diretamente relacionada com a precarização do trabalho. [...] O sistema também aumenta a rotatividade da mão-de-obra, reduzem significativamente salários (terceirizados ganham, em média, 30% a menos), calotes como o não pagamento de indenização aos trabalhadores no caso de interrupção de atividades, além de prejuízos à saúde e segurança. Em cada dez casos de acidente do trabalho ocorridos no país, oito são registrados em empresas terceirizadas (CONTRICOM, 2015, p. 02-03).

A média salarial dos entrevistados é de R\$ 1.340,00, porém foi questionado o valor aproximado do que os sujeitos recebiam, logo, houve quem respondeu que recebia em torno de R\$ 1.000,00 e R\$ 1.600,00. Há uma disparidade nos valores declarados entre os entrevistados do sexo masculino e do feminino que desempenham a mesma função. Esta disparidade é de quinhentos reais nos valores declarados. Tal diferença entre os salários está respaldada na divisão sexual do trabalho, no qual as diferenças biológicas entrem os sexos define tarefas femininas e tarefas masculinas, sendo estas últimas as que exigem qualificação e que pagam um salário elevado.

[...] além de receberem salários menores que os homens, as mulheres permaneceram concentradas numa gama de atividades, como o setor de serviços e a indústria têxtil. A maior presença de mulheres em determinados ramos de atividades e seus menores salários não são fenômenos recentes, ao contrário, eles têm caracterizado a inserção feminina no mercado de trabalho desde o início da industrialização do país. A novidade nos últimos anos do século XX é que tal tendência se mantém apesar da elevação da escolaridade feminina (DANIEL, 2011, p. 332).

O salário no capitalismo é o valor pago ao trabalhador pela venda de sua força de trabalho, a fim de garantir a sobrevivência e reprodução dele. Conforme pesquisas mensais realizadas pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário pago a esses trabalhadores não é capaz de garantir os direitos previstos na Constituição Federal de 1988, tais como

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância (...) (BRASIL, 1988, p.01).

Assim, o DIESSE utiliza o maior valor da cesta básica alimentícia entre as 27 capitais e demais valores referentes aos outros direitos elencados. A tabela abaixo demonstra os valores apurados neste ano:

Tabela 1 - Salário Mínimo Nominal e Necessário

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2016		
Outubro	R\$ 880,00	R\$ 4.016,27
Setembro	R\$ 880,00	R\$ 4.013,08
Agosto	R\$ 880,00	R\$ 3.991,40
Julho	R\$ 880,00	R\$ 3.992,75
Junho	R\$ 880,00	R\$ 3.940,24
Maiο	R\$ 880,00	R\$ 3.777,93
Abril	R\$ 880,00	R\$ 3.716,77
Março	R\$ 880,00	R\$ 3.736,26
Fevereiro	R\$ 880,00	R\$ 3.725,01
Janeiro	R\$ 880,00	R\$ 3.795,24

Fonte: DIESSE, 2016.

Portanto, o salário pago a estes trabalhadores não é suficiente para garantir a efetivação dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal (1998), isto difere das respostas dos entrevistados. Pois, em sua maioria responderam que é suficiente o salário que recebem. Os itens que seguem fazem refletir sobre as concepções construídas socialmente pelo trabalhador que vende sua força trabalho assim como o cenário de precarização que pode passar despercebido pelo próprio trabalhador.

4.1 A compreensão da categoria trabalho e terceirização na concepção dos trabalhadores

A partir do roteiro norteador foi questionado na entrevista aos participantes da pesquisa qual era o significado de trabalho para os mesmos, houve uma similaridade nas respostas, a diferença residia que alguns acreditam que o trabalho tem a função

de garantir o sustento da família ou de si próprio, ou seja, trabalho remete a sobrevivência como se observa na fala seguinte. “Tem várias formas de explicar, serve para sustentar tua casa, comprar coisas para você e sua família” (SUJEITO M). Mas para outros o trabalho também propicia um sentimento de utilidade, de pertencimento para o sujeito, logo se sente valorizado ao trabalhar ou estar inserido no mercado de trabalho. “Acho que é dignidade, mas não só forma de trabalhar, mas me sentir útil, sentir que estou fazendo algo útil. É responsabilidade também com a esposa e duas filhas” (SUJEITO N).

A interpretação realizada por eles da categoria trabalho esta rotulada pelo próprio significado imposto pelo capitalismo, pois a criação de valor-de-troca para a burguesia enquanto meio de garantir a sobrevivência e reprodução para o proletariado.

O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria, através da instauração do trabalho livre, que dá a chave da acumulação de mais-valia. Sem trabalho livre ou força de trabalho como mercadoria, não existiria produção de mais-valia (o D'). Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produzir mais-valia (ALVES, 2007, p. 18).

Entretanto, torna-se relevante diante desse resultado debater que a significação do trabalho não corresponde inteiramente ao sentido ontológico do trabalho. Porque o trabalho também é responsável pelo salto do hominídeo para o ser social, isto é, o homem em sua relação com a natureza conseguiu alterar e/ou controlar um aspecto do ambiente natural e assim alterou-se a si mesmo durante o processo. Exemplo disto são o fogo e a agricultura, pois para criação e controle do fogo o homem utilizou-se de algum instrumento para produzir e controlar a chama, e teve como resultado a possibilidade de aquecer e cozinhar alimentos. Já na agricultura, foi necessário observar o clima, solo e flora, depois trabalhar como solo a fim de plantar e por último, colher.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao

modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149-150).

Logo, tanto a agricultura como o fogo, foram processos de trabalho, pois continham uma idealização, os instrumentos, a objetificação e o resultado. “[...] É nesse sentido que o trabalho é para Marx o ‘processo entre homem e natureza’, a condição ‘eterna’ da vida social. E seus elementos simples [...] são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios” (MARX, 1983 apud LESSA, 2007, p. 143). O trabalho é considerado responsável pelo salto ontológico, porque ao alterar a natureza a partir do seu processo, o trabalho também altera o homem, pois cria novas necessidades e processos de trabalho, e isto ocorre consecutivamente em um círculo infinito.

[...] para Marx, o gênero humano resulta de um salto na dinâmica da natureza (orgânica e inorgânica), que sofreu uma inflexão substantivo-estrutural quando se instaurou o ser social: este foi colocado pelo processo do trabalho. [...] Com o trabalho, que é uma atividade desconhecida no nível da natureza, posto que especificado pela teleologia (quando o que a natureza conhece é a causalidade), um determinado gênero de ser vivo destacou-se da legalidade natural e desenvolveu-se segundo legalidades peculiares. É o pôr teleológico do trabalho que instaura o ser social, cuja existência e desenvolvimento supõem a natureza e o incessante intercâmbio com ela – mas cuja estrutura é diversa dela e dela tende a afastar-se progressivamente, mercê de uma crescente e cada vez mais autônoma complexidade. Portador do ser social, mediante a apropriação da herança cultural pela via da sociabilização, cada indivíduo do gênero humano é tanto singularidade quanto universalidade e só existe como ser social enquanto é ser objetivo – isto é, que se objetiva. E sua objetivação ontológica primária é precisamente o trabalho, atividade necessariamente coletiva – donde a determinação marxiana do homem como ser prático e social (NETTO, 1993, p.35).

No capitalismo este processo de trabalho sofre uma alteração, porque os meios de trabalho (objeto e instrumentos) são de domínio dos burgueses, assim, são estes também que idealizam o que deverá resultar do processo. O trabalhador, que são aqueles que não detêm os meios de trabalho, é responsável pela objetificação. E o resultado do processo pertence ao burguês, que paga um valor para o trabalhador, por sua força de trabalho empregada no processo de produção e este valor irá garantir a reprodução do proletariado. Assim, os sujeitos da pesquisa, compreendem o trabalho a partir do capitalismo, como um meio para garantir sua sobrevivência para aqueles que não possuem meios de produção.

Emergiu na fala dos sujeitos a categoria empírica sobrevivência, da sua pessoa e de sua família. Pelo conteúdo das falas a categoria sobrevivência faz referência à satisfação do conjunto objetivo de necessidades básicas, isto é, sobre condições básicas a respeito de saúde física. Porém destaca-se que:

Para os autores, portanto, só existem dois conjuntos de necessidades básicas *objetivas* e *universais* - que devem ser concomitantemente satisfeitos para todos os seres humanos possam efetivamente se constituir como tais (diferentes dos animais) e realizar qualquer outro objetivo ou desejo socialmente valorado. São eles: saúde física e autonomia. Estas necessidades não são um fim em si mesmo, mas precondições para se alcançarem objetivos universais de participação social (PEREIRA, 2006, p.68).

Deste modo, sobrevivência para estes trabalhadores é a satisfação do conjunto de necessidade básica objetiva, a saúde física, pois eles afirmam que o trabalho garante a compra de 'coisas' para si e sua família. Infelizmente não emergiu o trabalho enquanto necessidade de autonomia conforme apontado por Pereira (2006), o que pode indicar que o trabalho ainda pode ser minimizado a uma necessidade individual a nível micro – no máximo no âmbito familiar – deslocada de uma totalidade macro que geralmente imprime ao trabalhador uma autonomia relativa e subjugada ao capital.

Contudo, também trouxeram o trabalho como capaz de 'proporcionar um sentimento de utilidade'. Este sentimento refere-se à capacidade humana de criar valores de uso em um novo objeto, mas também as mudanças que o trabalho acarreta no homem. "O trabalho implica, pois, mudanças também no *sujeito* – homem – [...] Sob o ângulo *subjetivo*, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, [...] humanizando-as e criando novas necessidades." (IAMAMOTO, 2011, p. 41).

Outro fator que emergiu das falas dos sujeitos é que o trabalho é individual e não coletivo tal fato não corresponde à realidade da categoria trabalho. O trabalho é coletivo, pois conforme os meios de produção evoluíram e logo a sociedade (pré-história> escravocrata>feudalismo> mercantilismo>capitalismo), o trabalho foi se configurando de maneira coletiva através da divisão social do trabalho.

A dimensão genérica do ser social é dada pelo trabalho, só é possível como atividade coletiva: o próprio ato individual do trabalho é essencialmente histórico-social. Ora o trabalho vivo só se realiza mediante o consumo de instrumentos, matérias e conhecimentos legados por gerações anteriores.

Resultados esses que trazem em sim condensação de trabalho corporificado já realizado ou trabalho passado, atestando o *caráter social do trabalho*. Este expressa-se essencialmente no fato de que o homem só *pode realizá-lo através da relação com outros homens*. E só pode tornar-se homem *ao incorporar à sua vida, à sua própria atividade formas de comportamento e idéias criadas por gerações precedentes* (IAMAMOTO, 2011, p. 43-44).

A segunda questão exposta aos entrevistados girou em torno do significado da terceirização para eles. Resumidamente, a terceirização é definida por eles como um mecanismo para empresas e instituições governamentais evitarem se ‘envolver’ com as exigências de ter empregados contratados de forma direta. “É uma empresa que não queira se envolver. Se envolver diretamente com os funcionários, a empresa contrata uma terceirizada” (SUJEITO N). Destaca-se que se define a terceirização como:

[...] como um processo de transferência, dentro da firma (empresa-origem), de funções que podem ser executadas por outras empresas (empresa-destino). Essas funções incluem atividades de apoio ou aquelas diretamente relacionadas com o processo de produção da firma. A extensão dessas funções compreende os serviços de limpeza e conservação, preparação e distribuição de alimentos, telefonistas, manutenção geral, vigilância, serviços de controle de qualidade, movimentação de material setc. (BRASIL, 1993, p. 07).

Assim, terceirização é o repasse de algumas funções de uma empresa para outra. A terceirização também está presente nas esferas estatais, porém nestes ambientes, diferente de uma empresa particular, a função primeira não poderá ser terceirizada. Como nas universidades as tarefas relativas ao ensino, pesquisa e extensão não poderão ser terceirizadas, mas sim, as funções de conservação da estrutura física da universidade podem.

Desta forma, as respostas dadas pelos indivíduos não condizem com o significado de terceirização, mas possuem relação com a vantagem de terceirizar, logicamente para as empresas ou instituições, por que:

Possibilita um "enxugamento" na estrutura organizacional. Conforme for o tipo da terceirização, pode-se reduzir a quantidade de níveis hierárquicos da estrutura e/ou a largura de sua base. Essa possibilidade de revisão estrutural melhora a dinâmica decisória da firma e o fluxo de informações que permeia essa estrutura (BRASIL, 1993, p. 08).

Este enxugamento da estrutura da empresa tem reflexos diretos nos custos fixos e lucro da empresa. Os custos fixos tornam-se custos variáveis, e estes custos variáveis são menores que os fixos. Por exemplo, quando uma empresa terceiriza a manutenção de maquinário, a mesma somente ocorrerá nos períodos determinados e quando houver necessidade, assim o pagamento será realizado quando o serviço for pontualmente realizado. Porém, quando a manutenção é de responsabilidade da empresa de origem, esta manterá uma equipe contratada ininterruptamente de forma a se precaver contra eventualidades. Logo, seus custos serão maiores.

Outra parcela dos sujeitos também respondeu a esta questão indicando que a terceirização seria uma forma de gerar mais empregos, “Abre mais portas de emprego. Se não fosse terceirizada não haveria chances, tipo eu que não tenho estudo, é bom” (SUJEITO K). Este é um posicionamento ideológico que demonstra a captura da subjetividade que a partir do toyotismo tornou-se regra para garantir a produção. “Na verdade, trata-se de uma operação contínua de ‘quebra’ da subjetividade de classe, para que possa ‘envolve-la’ nos requisitos do novo produtivismo e, deste modo, operar a ‘redução’ do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2010, p.10).

Estas ideias são reproduzidas pela ideologia dominante, neste caso a burguesia, pois assegura que o trabalhador se sinta agradecido por estar empregado, mesmo que seja de forma precarizada. Outra fala parecida a esta reproduzida, reside no fato de o trabalhador ser um ótimo funcionário quando se qualifica, atinge metas, não questiona suas condições de trabalho. Pois o contrário demonstrará insatisfação perante o empregador e há ‘sempre outros indivíduos capacitados para aquela vaga’. Logo, o exército de reserva é uma estratégia de pressão usada pelos capitalistas sobre os trabalhadores que estão empregados.

Mais de 800 mil postos de trabalho não foram criados, graças à terceirização. [...] Ao contrário do que convencionou dizer, a terceirização não gera mais empregos que as contratações diretas. Os terceirizados têm jornada semanal superior aos demais – são três horas a mais, em média, sem considerar as horas extras. Por causa disso, realizam tarefas que, sem a jornada estafante, exigiriam novas contratações. O salário dos terceirizados é cerca de 30% menor que os salários de contratados diretos que realizam a mesma função (CONTRICOM, 2015, p. 03).

A pergunta de número três do roteiro norteador correspondia ao questionamento quanto aos motivos de existir terceirização. Apresentaram-se

respostas similares à pergunta anterior, que era o significado da terceirização para o sujeito. Assim, os entrevistados em suas respostas das duas perguntas assinalaram os motivos de haver terceirização. “É tipo nosso governo, não quer responsabilidade, ele terceiriza para fugir de encargo, não ficar se incomodando com funcionário. Não quer arcar com os direitos, acho que é mais nessa parte” (SUJEITO K). Este posicionamento é mais um argumento utilizado pela classe dominante para explicar suas ações. Neste caso, que os direitos trabalhistas conquistados através da organização e mobilização dos trabalhadores são incômodos, encargos, ou seja, inconveniente, sem propósito, condição onerosa ao capitalista. Tudo que é custoso para o capital este cria estratégias para diminuir tais gastos, no caso do trabalho vivo há a flexibilização e desregulamentação dos direitos, terceirização, trabalho informal, jornada de trabalho e salários flexíveis, etc.

Retoma-se que a terceirização pós Reestruturação Produtiva tem por motivação o enxugamento da estrutura da empresa, de sua hierarquia e como um mecanismo de viabilização do just-in-time, pois

[...] à medida que se pode terceirizar atividades que não agregam valor ao produto, além de se viabilizar a linearização da produção e de se promover uma "limpeza" no sistema de informação do processo produtivo." A excessiva integração torna o sistema produtivo prejudicialmente rígido (BRASIL, 1993, p. 09).

Foi questionado aos trabalhadores se sentiam prejudicados ou beneficiados pela terceirização, todos os entrevistados responderam que são beneficiados, pois é a empresa terceirizada que garante seu emprego e conseqüente sobrevivência. “É benéfico no meu caso, se não fosse pela terceirização não estaria trabalhando” (SUJEITO F). Somente um entrevistado respondeu além do benefício, “Acho que não é prejudicial, no meu ver. Depende, se está recebendo direitinho, estão pagando fundo de garantia e todas essas coisinhas é bom. Obvio que todo mundo queria ter um cargo público”(SUJEITO M).

Os prejuízos para este recaem na questão do pagamento correto do salário e respeito aos direitos trabalhistas. As empresas que realizam serviços terceirizados para o setor público em alguns casos não pagam corretamente o salário, o motivo alegado é atraso no repasse da verba pelo Estado. Como exemplo disso tem-se a greve dos trabalhadores terceirizados da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ no ano de 2014. A greve foi motivada pelo atraso do pagamento dos salários

em dois meses, o dono da empresa contratada pela universidade alegou que o atraso dos salários era uma consequência da falta de pagamento do serviço pela universidade (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

Infelizmente as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES após 1990 seguem a lógica do mercado de reestruturar-se a fim de serem eficientes, eficazes e efetivas. Reduzem alguns custos fixos através da terceirização, assim a cada ano que passo o Ministério de Educação vem extinguindo cargos em detrimento à abertura de espaço para o trabalho terceirizado.

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos: (i) em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a “escalões de terceiro grau” através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; (ii) em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas e; (iii) em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 36).

Lamentavelmente na trajetória brasileira em tempos de crise o Estado, os seus órgãos e instituições têm buscado a tendência de enxugamento de gastos e neste caso, as IFES muitas vezes cortam os gastos com as empresas terceirizadas que foram contratadas. Seja por meio do pagamento parcelado ou atrasado dos salários ou pela demissão dos trabalhadores terceirizados. Isso contrapõe a ideia que os entrevistadores demonstraram, de que a terceirização é a ampliação das vagas de empregos. No início do ano corrente, o governo federal anunciou cortes orçamentários, sendo o Ensino Superior uma das áreas atingidas e consequentemente a Unipampa. Como foi descrito em uma nota de repúdio ao corte orçamentário, a Unipampa teria 59% de seu orçamento reduzido a partir do segundo semestre do mesmo ano.

Essa diminuição impactará diretamente na paralisação das 33 obras em andamento nos 10 campi, redução em material de consumo, prestação de serviços entre outras perdas. São mais de 13 mil estudantes, 810 docentes, 848 técnicos administrativos e em torno de 450 trabalhadores terceirizados que são atingidos diretamente. Silenciar diante do que é proposto é concordar com o sucateamento da Universidade, dificultando a permanência dos atuais discentes e desencorajando os egressos do Ensino Médio a ingressar na nossa Instituição (CONSELHO CAMPUS BAGÉ, 2016, p. 01).

Assim a fala de que a terceirização amplia mercado de trabalho é um engodo, pois diante de uma situação como essa, por conseguinte, a demissão de trabalhadores terceirizados é uma das opções no momento em que uma empresa ou instituição estatal deseja reduzir gastos. Nos momentos de crise do Capital, o Estado é requisitado para ora intervir no mercado ou minimizar suas intervenções. Após o Crack da Bolsa de Nova York em 1929, o governo norte-americano maximizou sua intervenção na economia, a partir das sugestões de Keynes (que ficou conhecido como Keynesianismo ou Welfare State). Já em relação à crise estrutural de 1960-1970 a sugestão dos organismos financeiros internacionais era uma intervenção mínima por parte do Estado na economia.

A dinâmica crise-restauração incide nas relações sociais e implica o redirecionamento da intervenção do Estado. Este, por sua vez, redefine seus mecanismos legais e institucionais de regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, instituindo renovadas formas de intervenção relativas aos sistemas de proteção social, à legislação trabalhista e sindical, além daquelas diretamente vinculadas à política econômica. Nesse contexto, se redefinem as relações entre Estado, sociedade e mercado, determinando medidas de ajustes econômicos e de reformas e contra-reformas sociais, que continuem garantindo a acumulação capitalista, em conformidade com as particularidades de cada formação social (MOTA, 2009, p.63).

Assim, o Estado, como mecanismo de reprodução da ideologia dominante, a partir da década de 1990 no Brasil, adota os pressupostos estipulados no Consenso de Washington e começa a promulgar leis, portarias que desregulam e flexibilizam o trabalho. Exemplo disso é a Lei 12.425 de Junho de 2011, que aumentou a porcentagem de professores substitutos nas universidades federais. E a aprovação em primeira instância do Projeto de Lei 4330, chamada também de Lei da Terceirização. Sua principal diferença comparada a Sumula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que atualmente rege a terceirização no país, é que o objetivo-fim da empresa também poderá ser terceirizado. Isto é, as universidades públicas poderão terceirizar os campos de ensino, pesquisa e extensão e não apenas a de conservação do campus universitário. Portanto, o ensino que já está precarizado pela expansão sem planejamento devido ao REUNI, tornar-se-á ainda mais precário.

4.2 A Precarização no cotidiano dos trabalhadores terceirizados

Sobre a precarização foram construídas quatro perguntas a serem respondidas pelos indivíduos. A primeira é sobre a percepção de alguma forma de precarização no ambiente de trabalho e quais seriam. Todos os sujeitos responderam negativamente a esta questão. “Não, porque tudo que a gente acaba pedindo eles repassam. Porque todo o material que a gente necessita eles compram até do próprio bolso. Quanto ao material a principio não” (SUJEITO B).

Este entrevistado nega a presença de qualquer forma de precarização, pois há o “material”. Assim reduz a precarização aos instrumentos de trabalho, que é o material que ele fala. Já outro entrevistado indicou “Falha todo lugar tem, mas acho que não esta faltando tanta coisa” (SUJEITO M). Assim, afirma que a precarização é uma falha, o que não corresponde à definição dessa categoria teórica, que é um processo determinado pela luta de classes e este processo restitui infinitamente a precariedade. E como todos os lugares possuem ‘falhas’ é configurado um tom de que ‘não é importante considerar’. Quando o trabalhador minimiza desta forma a precarização, não terá argumentos para resistir a novas formas de precarização, demissões, etc., e muito menos estará organizado como classe para enfrentar tal situação, já que considera normais as condições em que labora. Fica evidente ai que os trabalhadores podem correr risco de mergulharem num processo de alienação no espaço de trabalho que não os permite uma análise mais critica da realidade vivenciada de modo que passa naturalizar de forma indireta as precarizações que vive.

Em outra questão foram elencadas alternativas que correspondiam a algumas expressões da precarização, “Caso considere que há precarização das condições de trabalho na terceirização escolha abaixo a questão que considera mais preocupante: carga horária de trabalho, contrato de trabalho, salário diferenciado dos demais servidores, direitos trabalhistas mínimos, autonomia diferenciada dos demais servidores, instabilidade empregatícia”. Foram assinaladas as assertivas sobre salário, autonomia e instabilidade. Dois sujeitos negaram que a presença da precarização no seu ambiente de trabalho novamente e deste modo não marcaram nenhuma assertiva. Assim de maneira preocupante ainda há o fato de que os trabalhadores não vislumbram a precarização sofrida por eles mesmos, gerando um circulo vicioso duplo de precarização a do trabalho e a do trabalhador. Destaca-se desse modo que:

Deste modo, a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des) constituição do ser genérico do homem. A nova redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital (ALVES, 2010, p. 02).

Torna-se importante referendar que a precariedade é a condição do proletariado (indivíduos despossuídos de meios de produção) como força de trabalho, ou seja, os homens que compõem esta classe social estão sob o regime de mercantilizar sua força de trabalho para conseguirem sobreviver minimamente e reproduzir-se. A precarização é o processo por qual a precariedade é reproduzida e garantida. O padrão desse processo é a constituição do exército de reserva, que são aqueles sujeitos marginalizados em algum emprego (desempregados). Como o autor fala na citação acima, no pós-guerras formas de precarização transformam-se, o pleno emprego vivenciado pelos países do Welfare State é derrocado, o desemprego estrutural surge, a flexibilização de direitos conquistados. Os trabalhadores não são contratados mais somente de forma direta e formal, o emprego informal, temporário e terceirizado torna-se regra para implementação do just-in-time na produção, mas que não se limita a ela.

Portanto, na medida em que o espírito do toyotismo disseminou-se na vida social, o modo de vida impregnou-se da lógica do sistema/método de produção, tendo em vista que a própria circulação, distribuição e consumo tornaram-se elementos compositivos da produção em geral. Assim, o modo de vida incorporou a lógica sistêmica da produção de mercadorias e ocorreu a disseminação de formas derivadas de valor na vida social, incorporação/disseminação radicalmente contraditórias na medida em que existe, como salientamos acima, incongruências ontológicas entre as esferas da vida e as sistêmicas. A dimensão farsesca contamina as categoriais sociais do capitalismo flexível. O que significa que o conceito de modo de vida *just in time* contém uma tensão contraditória intrínseca à produção do capital entre trabalho estranhado e vida humana (ALVES, 2013, p. 242-243).

Portanto, mesmo os entrevistados negando a percepção de alguma forma de precarização em seu ambiente de trabalho, a mesma está entranhada nele. Primeiramente, por ser um trabalhador terceirizado já é uma forma de precarização.

Ainda foi questionado se os mesmos sentiam-se com menos ou mesmos direitos que os servidores concursados da universidade. Todos responderam que tinham menos direitos que os servidores concursados. Resposta esta, que entra em contradição com as afirmativas anteriores. Pois a falta de direitos, flexibilização e diferenças são expressões da precarização. Deste modo, quando questionados não conseguiram visualizar a precarização em seu trabalho, mas uma das suas expressões sim. As diferenças apontadas por eles eram a questão salarial, flexibilidade da jornada de trabalho que os concursados possuíam ter um plano de saúde empresarial. “Não, é diferente. Tem mais regalia, tipo um exemplo, o salário, feriado emendado, chega no horário que quer e sai hora que quer” (SUJEITO K).

Os servidores concursados da Unipampa podem ser divididos em três grupos: os docentes, técnicos administrativos (compõem os trabalhadores das bibliotecas, secretarias, pró-reitorias, etc.) e os administradores. Assim, a função de ensinar, pesquisar, administração de setores da universidade possuem servidores concursados, porém a conservação, manutenção, limpeza, segurança e construção das estruturas físicas são exemplos de tarefas realizadas por trabalhadores terceirizados na universidade.

Os servidores públicos tem sua relação com empregador, neste caso União, estado ou município, regulamenta por um regime jurídico estatutário. Já os funcionários de uma empresa privada têm sua relação com esta regulamentada pela Consolidação das Leis de Trabalho. A principal diferença entre estes trabalhadores é a estabilidade no emprego, o servidor público após três anos laborando tem sua estabilidade como servidor garantia, tal estabilidade somente poderá ser revogada após o servidor cometer falta grave. Já o trabalhador de uma empresa privada poderá ser demitido por justa causa ou ausência desta. E a justa causa da lei celetista é diferente da falta grave do regime estatutário.

Uma das últimas questões foi a respeito do salário. Foi perguntado se os indivíduos acreditavam ou não que seu salário satisfazia suas necessidades. Praticamente todos responderam que satisfazia como exemplos seguem estas duas respostas: “Pela carga horária de trabalho que faço, sim. Até porque para São Borja a empresa aqui é a que paga melhor” (SUJEITO N). “Solteiro sim. A meu ver sim, lá no Ceará as pessoas não vivem com Bolsa Família, é viver com o que tem” (SUJEITO M).

Como já foi exposto neste trabalho, o salário mínimo necessário para complementar os direitos expostos no artigo 6º da Constituição Federal é mensurada mensalmente pelo DIEESE. O último valor apurado pelo departamento foi de R\$ 4016,27, referente ao mês de outubro. Assim, há uma diferença de R\$ 2.676,27 entre a média declarada pelos entrevistados e o que DIEESE define como salário mínimo ideal. Logo, o salário pago aos trabalhadores minimamente garante a satisfações das necessidades biológicas do indivíduo, isto é, sua sobrevivência. “Não satisfaz, mas ele mantém. Faço todos os pagamentos necessários de minhas dívidas. Acredito de não satisfazer, não tenha a gente que não queira ganhar um pouco mais, ter estabilidade” (SUJEITO B).

Destaca-se importante discussão de Pereira (2006), quanto às necessidades humanas básicas e divididas em dois grupos: objetivas e universais. As necessidades básicas objetivas correspondem à saúde física,

Saúde física, portanto é a necessidade básica, porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos inclusive de *viver*. Esta é basicamente uma necessidade natural que afeta a todos os seres vivos e que, em princípio, não diferencia os homens dos animais, embora, como já foi salientado, o modo de satisfazê-las requeira, no que se refere aos homens, provisões de conteúdo humano-social. Trata-se, portanto, de reconhecer que mesmo no plano das satisfações de necessidades físicas ou biológicas, a origem do homem [...] está visceralmente ligada à práxis humana, que só é humana na medida em que o trabalho (ou atividade) realizado pelo homem difere da atividade de outras criaturas vivas (PEREIRA, 2006, p. 69).

Quando os entrevistados falam em sobrevivência estão falando sobre a satisfação da necessidade humana que equivale à saúde física, porque tal necessidade humana faz referência aos planos físicos e biológicos do homem, similares ao dos animais, mas que são satisfeitas através do trabalho. Isto é, o homem no capitalismo vende sua força de trabalho para ter condições de atender sua necessidade humana de saúde física. Já a necessidade humana universal não é garantida somente pelo trabalho, pois “[...] Por *autonomia* básica entendemos a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões” (PEREIRA, 2006, p. 70). E, assim, o capitalismo também não consegue atender adequadamente esta necessidade, porque é um modo de produção em que uma classe é dominante sobre a outra, em ideologias, riquezas e privilégios.

Quando os entrevistados demonstram desconhecimento pelas categorias trabalho e precarização, também desconhecem a exploração da qual padecem. Desconhecendo a exploração do trabalho pelo capitalismo, desconhecem a questão social e suas expressões.

[...] Esse processo, diga-se, a configuração da desigualdade e as respostas engendradas pelos sujeitos a ela, se expressa na realidade de forma multifacetada como questão social. Desse ponto de vista, é correto afirmar que [...] considerando que está subjacente às suas manifestações concretas o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital, a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa e a luta de classes. A questão social, nessa perspectiva, é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica num predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) – promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala (BEHRING; DOS SANTOS, 2009, p. 321).

Como as autoras explicam, a questão social surge da exploração do trabalho vivo pelo trabalho morto, o trabalho é explorado pelo capitalismo. A partir desta exploração surgem as desigualdades, porque para alguns deter os meios de produção, outros não poderão possuir nada, e resistências. “[...] as formas pelas quais, historicamente, o capital subordina o trabalho, objetivando a acumulação, que gera, por um lado, riqueza e, por outro, miséria. [...] as desigualdades sociais são inerentes ao sistema de acumulação” (TAVARES, 2009, p. 287). A questão social também é formada pela resistência de uma classe social frente a sua exploração por outrem.

E o debate deve incorporar, necessariamente, os componentes de resistência e de ruptura presentes nas expressões e na constituição de formas de enfrentamento da questão social, ou seja, este conceito está impregnado de luta de classes, sem o que se pode recair no culto da técnica, numa política social de controle sobre os trabalhadores pobres, e não de viabilização de direitos (BEHRING, 2008 apud BEHRING; DOS SANTOS, 2009, p. 323-324).

Contudo, como fora exposto, os trabalhadores entrevistados consideram suas condições de trabalho normais, com direitos, salário, entre outros, adequados e desta forma, não vêem motivos para resistir por progressos.

As últimas décadas foram de retração dos direitos face à universalização das relações mercantis, em que nada parece escapar à força, ao controle e direção do sistema do capital que submete todas as dimensões da vida social ao valor de troca, agudizando as expressões da questão social. Em tempos difíceis assim, há uma tendência contraditória para a reação, que pode se expressar na forma de imobilismo; na adesão passiva à ordem; ou na resistência, que assume direção política variada a depender do nível de organização e capacidade crítica, protagonizada pelos sujeitos coletivos (BEHRING; DOS SANTOS, 2009, p. 332).

Portanto, os trabalhadores terceirizados que foram entrevistados não compreendem a exploração da qual são vítimas, do trabalho pelo capital, e que a partir da Reestruturação Produtiva, da adoção do Toyotismo e Neoliberalismo, é agudizada e assim, as expressões de desigualdade da questão social também. Mas, devido à precarização do homem que trabalha e a captura que o toyotismo programa, os trabalhadores reproduzem a ideologia capitalista e logo, não resistem à desigualdade presente em sua vida. Assim é preciso ressaltar o processo de naturalização da precarização que estes sujeitos estão à mercê. Pois no processo de inclusão forçada no mercado de trabalho, na perspectiva de afirmação de sua sobrevivência, o trabalhador é reduzido a sua dimensão de subsistência que aumenta seu estranhamento consigo mesmo, consolidando o processo de precarização do homem-que-trabalha e onde sua subjetividade é capturada pelo capitalismo. Portanto, é imprescindível ressaltar, que em nenhum momento houve a intenção de desmerecer e julgar o conhecimento dos sujeitos entrevistados.

4.3 Estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores

Posteriormente, os sujeitos foram questionados se participavam de algum sindicato, associação de trabalhadores, algo que os represente. Todos responderam que não participam e também desconhecem a existência de algum sindicato na cidade. Somente um sujeito conhecia outra pessoa que participava de um sindicato, mas não era da cidade onde foi realizada a pesquisa. Deste modo, os entrevistados não participando de alguma instância trabalhista não poderão lutar por seus direitos, contra a precarização e desigualdades, etc.

Por último foi questionado de que forma os trabalhadores estavam enfrentando as condições precarizadas impostas. Inicialmente houve uma incompreensão do que pergunta solicitava, mas após a citação de alguns exemplos

todos responderam que não poderiam fazer nada, pois é algo normal, rotineiro. “Não tem o que fazer, porque o governo que é governo roubam” (SUJEITO M). Ao relacionar suas condições de trabalho com a impunidade da corrupção nas esferas do Estado, o sujeito quer demonstrar que é impotente, que não pode resistir e lutar para modificar a realidade de seu trabalho. Esta ideia sentimento é o que capital precisa para ter produção constante de mais-valia. O toyotismo é mais incisivo neste quesito que o Fordismo, pois ‘captura’ a subjetividade do homem que trabalha.

Portanto, ao tratarmos da subjetividade e de sua “captura”, referimo-nos não apenas à instância da consciência, mas às instâncias da pré-consciência e do inconsciente. As técnicas de manipulação utilizadas pelos aparatos midiáticos do sistema do capital buscam atingir o conteúdo oculto da pré-consciência e do inconsciente humanos, visando a influenciar o comportamento dos indivíduos sociais. Na sociedade burguesa, como observaram Marx e Engels, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, que constitui seus aparatos de dominação hegemônica pela manipulação midiática das instâncias pré-conscientes e inconscientes do psiquismo humano (ALVES, 2008, p. 224).

Assim, a consideração de inevitabilidade perante a precariedade e precarização pelos trabalhadores é parte da ideologia dominante, que é burguesa. Pois, quando o proletariado aceita sem questionar e resistir por condições melhores de trabalho, o capital consegue o intento de manipular os trabalhadores, isto é, colabora a concretizar seu objetivo, de produzir e acumular mais-valia. “Continuar trabalhando, não tem o que fazer” (SUJEITO F). Essa posição passiva dos trabalhadores é uma expressão das mudanças de objetivos de lutas dos movimentos sociais decorridos nas últimas décadas.

Chegamos, portanto aos anos 80 com um panorama mundial das formas de manifestação dos movimentos sociais bastante alterado. Progressivamente, as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na África, e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados segundo a problemática dos antagonismos entre as classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizadores das lutas sociais (GOHN, 2008, p.333).

A partir da década de 1980, e principalmente na década de 1990, o movimento dos trabalhadores dá lugar à fragmentação dos movimentos sociais com pautas mais individualizadas, movimento negro, indígena, feminista, anticorrupção, contra a miséria e a fome, preservação do meio ambiente, etc. Com forte presença das organizações não governamentais. Com a priorização de outras pautas que não

a trabalhista pelos movimentos sociais, o capitalismo consegue inserir sem demora a forma de produção toyotista e o plano neoliberalista para os Estados, “[...] A luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego, qualquer que seja, e não mais pelas condições de trabalho de trabalho dentro de uma categoria” (GOHN, 2008, p. 298).

A fragmentação dos movimentos sociais deve ser superada e a unificação dos objetivos como uma estratégia de luta, porque todas as pautas são comuns a classe social do proletariado e serviria como mecanismo de pressão mais eficiente contra o Estado e capital.

Quanto a nós, preferimos continuar acreditando na necessidade das utopias e esperando que as lições que os movimentos sociais democráticos e progressistas têm dado ao mundo venham a contribuir para a redefinição dessas utopias, a reinstaurar a esperança e a crença de que vale a pena lutar por uma sociedade mais justa e igualitária (GOHN, 2008, p. 342).

Portanto, como estratégias é necessário em primeiro lugar o reconhecimento do trabalho como central na vida dos trabalhadores. Pois é através do trabalho que o homem torna-se homem social, diferente dos animais. E este reconhecimento não poderá ser somente por categorias profissionais, deverá partir também dos trabalhadores formais, informais, terceirizados, domésticos do campo, etc. Deverá ser revitalizado e fortalecido os movimentos sociais vinculados e de trabalhadores, porque é este o mecanismo que a classe dispõe para pressionar o capital. Para fortalecer o movimento de trabalhadores, os espaços para debates como fóruns, conselhos, conferências, deveram ser novamente ocupados pela classe trabalhadora. E os trabalhadores devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos, um individuo, não mero capital variável. E o Serviço Social também tem o comprometimento com estas estratégias, tendo que:

[...] as expressões do conservadorismo moderno, como manifestações (neo) conservadoras, tendem ao recrudescimento também no campo teórico-prático e ético-político do Serviço Social. De nossa parte, as melhores condições para a defesa propositiva de direitos surgem de iniciativas inspiradas no *legado deixado por Marx, por sua tradição, pela ênfase no ponto de vista do trabalho, pela crítica permanente e impenitente à apropriação da riqueza socialmente produzida (a propriedade privada) e pelo diálogo disso com a particularidade da profissão (e isso não é menos importante)*. Isto em hipótese alguma elimina o debate entre os diferentes (ao contrário), mas não os identifica como parte de um mesmo bloco construído em nome de uma unidade abstrata e incoerente com os objetivos propostos. Entendemos que a adoção desse ponto de vista oferece as

melhores condições para articular duas dimensões essenciais à ciência genuinamente ontológica: a não neutralidade científica (assumindo a defesa do trabalho concreto, útil e criativo) e o compromisso em produzir conhecimentos a partir da vida real daqueles que vivem da venda da força de trabalho. Construir ciência a partir destas condições não é uma tarefa fácil, embora isto seja urgente, crucial e genuinamente científico (SILVA, 2015, p.120-121).

Portanto, o Serviço Social enquanto profissão com o Projeto Ético-Político vinculado a classe trabalhadora deverá resistir à linha de pensamento neoconservadora, expresso como pensamento pós-moderno também, pois tal ideologia não proporciona a integral defesa dos direitos sociais, civis e trabalhistas. E também construir a ciência a partir do ontológico, do material, com a participação dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se nessa fase de apontamentos finais – porém não conclusos, mas dialeticamente tudo esta em movimento, portanto em constante transformação – a importância da metodologia exposta no primeiro capítulo deste trabalho no que diz respeito à escolha do método de pesquisa, que age como fio condutor de todo olhar e análise de dados. Pensar trabalho, terceirização, precarização e reestruturação produtiva desprendendo-se de uma teoria social crítica seria propor inferências mecanicistas de alienação onde tenta “conciliar o inconciliável”. A escolha pelo método dialético crítico permite o movimento tese-antítese-síntese, entende que parte-se de um conhecimento inicial, que envolve em naturais contradições e produzem novos conhecimentos.

No capítulo dois é resgatado o sentido ontológico do trabalho, como fundante do ser social. O trabalho seria o campo da mediação entre o homem e natureza. Todo trabalho tem em comum o seu processo, que é composto pela idealização, instrumentos de trabalho, matéria-prima, objetificação e pelo homem. Porém, no capitalismo este processo altera-se, pois há aqueles (capitalistas) que detêm os meios de produção (instrumentos de trabalho e matéria-prima) e os despossuídos (proletariado), que para garantir sua sobrevivência vendem sua força de trabalho para os capitalistas. “A capacidade de produzir coisas pelo trabalho nas diferentes sociedades sempre esteve subordinada às relações sociais construídas pelos seres sociais [...]” (GRANEMAM, 2009, p. 267).

Este estatuto de assalariamento do trabalhador, isto é, o ganho advindo da venda de sua força de trabalho, é a condição ontológica de precariedade do trabalho. Já a precarização são as formas que o capital encontra para manter vigente a precariedade. Porém, a precarização é definida através das correlações de força entre as classes sociais (burguesia x proletariado), logo, é mutável ao longo do tempo e espaço.

Até o pós-guerra de maneira predominante nos países centrais, o Fordismo era o conjunto de regras sobre a maneira de produzir aceito, no qual a produção era em massa, produção linear, hierarquizada, o trabalhador monovalente, etc. Contudo, a partir da década de 1960 e principalmente na década de 1970, esta forma de produzir entra em declínio, devido à crise do capital que havia se instalado. Como forma de enfrentar esta crise e garantir a acumulação da mais-valia, o capital se vale

de inúmeras medidas denominadas Reestruturação Produtiva. Duas destas medidas seriam o neoliberalismo, que retoma o Estado Mínimo, e o toyotismo, a produção e acumulação flexível.

O toyotismo surgiu na Toyota – Japão e pregava uma produção flexível através de alguns elementos, como o just-in-time, terceirização, polivalência, trabalho em grupo, linha de produção dinâmica e horizontal, etc. Já o neoliberalismo nasceu das medidas governamentais de Margareth Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, mas tendo como marco histórico o Consenso de Washington em 1980. O neoliberalismo apregoava normas de ajustes fiscais as nações latinas e principalmente, diminuição dos gastos sociais. Assim, a terceirização é inserida no cenário brasileiro, especialmente nas instituições governamentais, pela justificativa de economizar.

O capítulo três traz os resultados da pesquisa e análise destes dados. A partir das respostas expostas no primeiro subitem do capítulo é perceptível que os entrevistados desconhecem as categorias trabalho em seu sentido ontológico e o significado e razões da terceirização, apenas suas vantagens. Já no subitem seguinte são apresentadas as respostas referentes à precariedade, precarização, salário e direitos. A respeito da precariedade e precarização os sujeitos negaram a presença destas em seu ambiente de trabalho, quando perguntados diretamente sobre o assunto. Porém, quando questionados sobre o salário, afirmaram que este somente garante a sobrevivência de si e sua família, deste modo, está presente a condição de venda da sua força de trabalho e logo, de precariedade. Quando argüidos sobre seus direitos, responderam que possuem menos direitos que os trabalhadores concursados da universidade, conseqüentemente, a precarização também está presente neste espaço, esse resultado mostra as nuances contraditórias que residem num processo histórico de precarização e apropriação do trabalho de forma indevida, onde a categoria alienação ronda o olhar do trabalhador que naturaliza processo e aceita sua condição de submissão.

O último subitem do capítulo discorre sobre as formas de resistência que são encontradas ou não neste ambiente de trabalho. Todos responderam negativamente, isto é, não adotam e desconhecem formas de resistência e luta perante a precarização e o desemprego estrutural. Esta aceitação pacífica das suas condições de trabalho e do exército de reserva faz parte da tendência de esvaziamento das lutas sindicais. “Os movimentos sociais alteram completamente

sua posição [...] os chamados movimentos progressistas ou populares entraram em crise, muitos se decompõem ou retrocedem a formas de resistência que se manifesta o uso da força [...]” (GOHN, 2008, p. 339). Este esvaziamento dos movimentos de trabalhadores deve-se principalmente pela captura da subjetividade, da qual o toyotismo se vale como forma de controle dos trabalhadores. “[...] A constituição dos novos consentimentos espúrios exigidos pelo método Toyota ocorre por um intenso processo de manipulação da subjetividade do trabalho vivo (que é o conteúdo da “captura” da subjetividade” (ALVES, 2016, p. 223). Portanto, ao concordar com suas condições de trabalho precárias ou desemprego, o trabalhador auxilia o capitalista de acumular mais-valia.

O problema de pesquisa “Quais as formas de precarização do trabalho que se expressam nas condições sócio ocupacionais dos trabalhadores terceirizados da Unipampa - Campus São Borja?”, pode ser respondido, tendo como sintetize: “as condições de precarização apontadas pelos trabalhadores são a diferença de direitos entre trabalhadores concursados e terceirizados, salário insuficiente para garantir a satisfação dos direitos previstos na Constituição Federal (1998) e das necessidades humanas objetivas e universais”. Porém, a terceirização é uma expressão da precarização, a ausência de ambiente destinado ao uso dos trabalhadores (como vestiário, sala de convivência), sobrecarga de tarefas porque foi observado que apenas uma pessoa era responsável por toda a limpeza de um prédio do campus, desconhecimento de seus direitos, deficiência de conhecimento a respeito de categorias ontológicas para o proletariado, salário insuficiente para satisfazer necessidades humanas básicas, polivalência dos funcionários, carga horária de trabalho estafante, entre outras também são manifestações da precarização. Como uma demonstração da captura da subjetividade, e logo da reposição da precariedade, é a desconsideração dos trabalhadores pelos movimentos sindicais, pois argumentam que nada por ser feito para mudar sua realidade, mas é a organização dos trabalhadores que conquista, garante e inviabiliza o avanço da barbárie capitalista. Assim, vivenciamos o Estado votar e promulgar legislações que retiram direitos dos trabalhadores e civis.

Considerando que o presente trabalho emerge a partir da graduação em Serviço Social torna-se nesse momento prudente fazer um link com a temática estudada uma vez que os assistentes sociais pautam suas intervenções junto às expressões de desigualdade da Questão Social. Quando o capitalismo acumula

riquezas, também produz pobreza e miséria. “A lógica do capital não é a de que todos ganhem, ao contrário, é preciso que muitos percam para que alguns ganhem” (TAVARES, 2009, p. 287). Destaca-se como fundamental um dos princípios do código de ética (1993) do assistente social que indica que “IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as” (CEFESS, 1993, p. 25).

Assim o profissional do Serviço Social irá atuar diretamente com a classe trabalhadora, esteja ela empregada ou não, tanto nas desigualdades, quanto nas formas de resistências. Destaca-se que:

As novas modalidades de subordinação do trabalho ao grande capital, provocadas pela reestruturação produtiva [...] dizem bem das exigências desencadeadoras de mudanças no mundo do trabalho que “afetam imediatamente o processo de trabalho e mediatamente o controle da força de trabalho”. Nesse último, a intervenção dos assistentes sociais tem um peso significativo. Conforme asseguraram as autoras, “o conjunto de intervenções sócio-institucionais que reatualizam as formas de controle e subordinação do trabalho ao capital, [...] apontam para ações nas esferas da racionalização da produção, da intervenção estatal e do controle e recomposição política da subalternidade dos trabalhadores”. E concluem: “São exatamente estes campos de intervenção que redesenham o conjunto das práticas sociais, onde se inclui a experiência profissional do Serviço Social” (AMARAL; MOTA, 1998, p.39-40 apud HOLANDA, 2002, p. 26-27).

Porém, o profissional do Serviço Social não apenas intervém com esta forma de precarização no atendimento prestado aos sujeitos, mas também enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho sofre rebatimentos em seu cotidiano de trabalho. O movimento de terceirização do trabalho do assistente social emerge com maior incidência na década de 1990 com o avanço de instituições do Terceiro Setor que passam minar espaços de atuação pública o que leva a contratação de trabalhadores por meio de contratos precários, carga horária excessiva e salário aquém do mercado profissional, tendo como agravante ainda trabalho voluntário. Já no setor público tem se privilegiado contratos CLT em detrimento de abertura de concurso público tendo como foco busca por trabalhadores polivalentes, tecnicistas que assumem as mais diversas demandas num cenário de subemprego onde não há sequer espaço físico adequando para atendimento das demandas.

Enfim é fato que a pesquisa realizada indica um recorte temporal e geográfico de estudo, há que se buscar novas pesquisa com que amostras mais amplas para

que se construam comparativos que levem a novas totalidades e contradições. Nesse cenário de precarização, medidas provisórias e PECs que ilegitimamente demarcam retrocesso de direitos da classe trabalhadora e necessário mais que nunca fortalecer e resistir aos ataques ao direito a liberdade, cidadania e justiça social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Trabalhadores terceirizados da UERJ fazem greve por falta de salários.** UOL Notícias, 2014. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/12/17/trabalhadores-terceirizados-da-uerj-fazem-greve-por-falta-de-salarios.htm>>. Acesso em 15 Nov 2016.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização.** 2 ed. Praxis: Londrina, 1999.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2 ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. Disponível em: <<http://www.giovannialves.org/DRP.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** [S.l., s.n]. 2010.

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Crise estrutural, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão sócia no século XXI. **Revista Textos & Contextos.** PUC: Porto Alegre, v.12, n.2, p. 235-248, jul/dez 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/15882/10735>>. Acesso em: 20 Set 2016.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista – USP, 2008. Vol. 11, n. 2. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25782/27515>>. Acesso em: 30 Out 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Cátia Rosana L. de; Dilva Carvalho Marques. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos: conforme normas da ABNT.** 4.ed. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; DOS SANTOS, Silvana Mara Moraes. Questão Social e Direitos. IN: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. Paginação irregular.

BELLONI, Isaura. **Função da universidade: notas para reflexão**. Coletânea CBE Universidade e Educação. Campinas: Papyrus -CEDES, 1992.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 Set 2016.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL, Haroldo Guimarães. A Empresa e a Estratégia da Terceirização. **Revista de Administração de Empresas**. [S.l.], São Paulo, Mar./Abr. 1993.

CALVACANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa: UFPB, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000>>. Acesso 26 set 2016.

CAVALLI, Michelli. A categoria mediação e o processo de trabalho no serviço social: uma relação possível?. IN: V ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – ETIC. **Anais**. São Paulo: Toledo Prudente, n° 5, vol. 5. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2257/2219>>. Acesso em: 19 Set 2016.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf>>. Acesso em: 18 Jun. 2015.

CHARLE, Christophe. VERGER, Jacques. **História das Universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1996.

CONSELHO DE CAMPUS BAGÉ. **Moção de Repúdio aos Cortes de Verbas da Universidade Federal do Pampa**. Unipampa: Bagé, 2016. Disponível em: <http://porteiros.unipampa.edu.br/bage/index.php?option=com_content&view=article&id=2566:mocao-de-repudio-aos-cortes-de-verbas-na-universidade-federal-do-pampa-2016&catid=46:avisos&Itemid=125>. Acesso em: 20 Out 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

DANIEL, Camila. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O Social em Questão**. [S.l., s.n.]. 2011. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/17_OSQ_25_26_Daniel.pdf>. Acesso em: 17 Nov 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Salário Mínimo Nominal e Necessário**. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 30 Out 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas; CEDES, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 34-58. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-2.pdf>. Acesso em: 02 Set 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. 7 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

GOMIDE, Denise Camargo. **O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/2/artigo_si_mposio_2_45_dcgomide@gmail.com.pdf>. Acesso em: 23 Set 2016.

GRESPLAN, Jorge. **A Dialética ao Averso.** [S.l., S.n.], [20-?]. Disponível em: <<https://fomentando.files.wordpress.com/2015/03/a-dialc3a9tica-do-avesso-jorge-gresplan.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2015.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O Trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, nº 69, ano XXIII, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e Indivíduo Social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octávio. A Construção da Categoria. **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas; [s.n.], número especial, abril 2011, p. 397-416. Disponível em: <<http://ujcsp.net/wp-content/uploads/2015/08/44f16dede4be105bbf81c519cb3a1eb1.pdf>>. Acesso em: 05 Set. 2015.

KORITIAKE, Luiz Antonio. **Reestruturação produtiva e educação:** um estudo sobre a proposta do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza para o ensino médio e técnico. [S.n]. Piracicaba, 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debates.** UCPEL: Pelotas, 2009. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>>. Acesso em: 25 Out 2016.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo.** São Paulo: Senzala, 1967.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro 1, v.1, t.1.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. 28° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. IN: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. Paginação irregular.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1993.

OLIVEIRA, Maurício José Nunes (org.). **Terceirização é precarização do trabalho**. Estudo Técnico 25. CONTRICOM: [S.I.], 2016. Disponível em: <http://contricom.org.br/novoportal/images/arquivospdf/Estudo_tecnico_n_25_CONTRICOM.pdf>. Acesso em: 02 Nov 2016.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SÁ, Teresa. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. **Configurações**, vol. 7, Fev 2012. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/203>;DOI: 10.4000/configuracoes. 203 >. Acesso em: 23 Out. 2016.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Crise do Capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2015, n. 35, v. 13, p. 99 – 125. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18624> >. Acesso em: 20 Out 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. IN: GERHARDT, Tatiana Hengel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdfwww.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf >. Acesso em 26 Set 2016.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. IN: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, 2009. Paginação irregular.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

VARGAS, Francisco E. B. **TRABALHO, EMPREGO, PRECARIIDADE: Os contornos incertos de um objeto de investigação**. III EICS, UFPEL, 2012. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/Artigo-FEBVargas-EICS-III-2012.pdf>>. Acesso em: 29 Set 2016.

APÊNDICE A

Roteiro Norteador da Pesquisa

Nome:

Idade:

Tempo trabalha como terceirizado:

Função neste ambiente de trabalho:

Possui Carteira de Trabalho assinada: Sim () Não ()

1 - O que significa trabalho para você?

2 - O que significa terceirização para você?

3 - Por quais motivos acredita que existe terceirização?

4 - Você sente-se prejudicado ou beneficiado pela terceirização? Justifique sua resposta.

5 - Percebe alguma forma de precarização no seu ambiente de trabalho? Em caso afirmativo onde indica que existe precarização das condições de trabalho?

6 - Sente-se com menos direito em relação aos demais servidores do campus? Em caso afirmativo por que motivo?

7 – Caso considere que há precarização das condições de trabalho na terceirização escolha abaixo a questão que considera mais preocupantes:

() carga horária de trabalho

() contrato de trabalho

() salário diferenciado dos demais servidores

() direitos trabalhistas mínimos

() autonomia diferenciada dos demais servidores () instabilidade empregatícia

8 - O salário que recebe atualmente satisfaz suas necessidades básicas?

9 - Compõe algum sindicato ou associação de trabalhadores?

10 - Como tem resistido as condições de trabalho impostas ao trabalhar terceirizado?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sr (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntária (o) do projeto de pesquisa Reestruturação Produtiva e Precarização: em análise a terceirização do trabalho na Universidade Federal do Pampa – Campus São Borja. O mesmo objetiva analisar as formas de precarização do trabalho terceirizado na Unipampa – campus São Borja, a partir dos desdobramentos da reestruturação produtiva a fim de problematizar as condições sócio ocupacionais dos profissionais. A pesquisa será coordenada pela Profa. Elisângela Maia Pessoa, (55) 9136-8708 e discente Taila Diangeli Kunz (55) 9997-5571 – as ligações podem ser realizadas a cobrar –. A pesquisa traz como benefício o fato que a partir da fala dos sujeitos poderão ser pensadas estratégias de resistência e fortalecimento da classe trabalhadora terceirizada. Ressalta-se que a Sra. (o) poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar, será realizada na Unipampa entrevista com aplicação de roteiro norteador, solicita-se permissão para que a entrevista seja gravada em áudio, em caso negativa as respostas serão anotadas simultaneamente. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo. Os riscos podem ser evidenciados somente caso tenha desconforto em responder alguma pergunta nesse caso poderá solicitar passar para próxima questão ou desistir de participar. Sua identidade será preservada sendo os nomes indicados por letra do alfabeto. Para participar deste estudo a Sra. (o) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas, encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo. Os dados serão devolvidos aos sujeitos por meio de reunião a ser realizada na Unipampa onde todos profissionais terceirizados serão convidados a participar. O presente documento é assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o sujeito da pesquisa e outra arquivada com o pesquisador responsável.

Nome do Participante da Pesquisa:

Assinatura do Pesquisa:

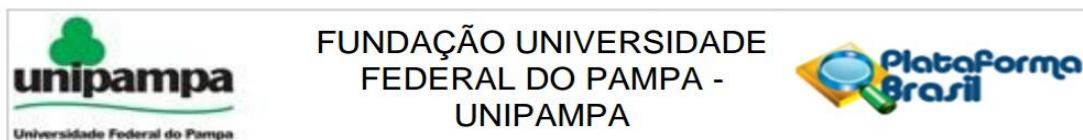
Nome do Pesquisador:

Assinatura do Pesquisador Responsável:

Local e data

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Substanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Reestruturação Produtiva e Precarização: em análise a terceirização do trabalho na Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Pesquisador: Elisângela Maia Pessoa

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 58468416.3.0000.5323

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.806.449

Apresentação do Projeto:

De acordo com o autor:

Este projeto de pesquisa foi elaborado a partir da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I. A partir do objeto de investigação limitou-se o objetivo geral que versa sobre analisar as formas de precarização do trabalho terceirizado na Unipampa – Campus São Borja, a partir dos desdobramentos da reestruturação produtiva a fim de problematizar as condições sócio ocupacionais dos profissionais. A pesquisa terá cunho qualitativo exploratório. Será realizada entrevista por meio de roteiro norteador a oito profissionais terceirizados do campus. A análise será realizada por análise de conteúdo a luz do método escolhido o dialético crítico. A partir da execução do projeto de pesquisa espera-se conhecer a realidade das condições de trabalho dos profissionais terceirizados da Universidade Federal do Pampa – campus São Borja. Esperase

que tal pesquisa possibilite uma apropriação crítica das formas de precariedade e de precarização do trabalho no referido espaço, acarretadas pela incorporação de métodos de gestão e organização do trabalho com base no toytismo. Também espera-se obter maior conhecimento sobre as estratégias de resistência dos trabalhadores da Unipampa – campus São Borja em face da fragilização de seus direitos e acirramento da precarização do trabalho

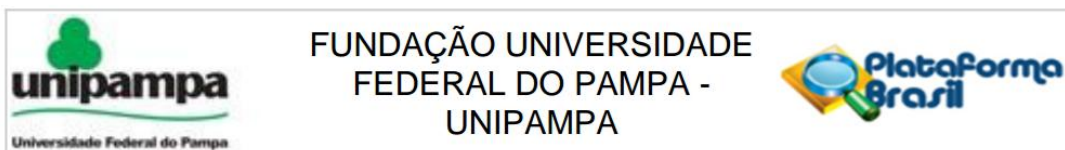
Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km 592

Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.500-970

UF: RS **Município:** URUGUAIANA

Telefone: (55)3911-0202

E-mail: cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 1.806.449

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o autor:

Objetivo Primário:

Analisar as formas de precarização do trabalho terceirizado na Unipampa – campus São Borja, a partir dos desdobramentos da reestruturação produtiva a fim de problematizar as condições sócio ocupacionais dos profissionais.

Objetivo Secundário:

- Investigar como os profissionais terceirizados compreendem a categoria trabalho e terceirização, para dar visibilidade à noção que se tem sobre violação de direitos dos trabalhadores.
- Verificar quais são as precariedades vivenciadas pelos profissionais terceirizados a fim de dar visibilidade às características impostas pelo sistema neoliberal que incidem sobre a reestruturação produtiva.
- Identificar estratégias de resistência adotadas pelos profissionais a fim de evidenciar o embate político que expressa à questão social por meio dos conflitos trabalhistas

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o autor:

Riscos:

O risco pode ser presenciado caso algum profissional sinta desconforto em responder alguma pergunta, uma vez que estarão avaliando seu cotidiano profissional, nesse caso poderão desistir de participar do estudo ou passar para outra pesquisa.

Benefícios:

registra-se que a partir da fala dos sujeitos poderão ser pensadas estratégias de resistência e fortalecimento da classe trabalhadora terceirizada

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

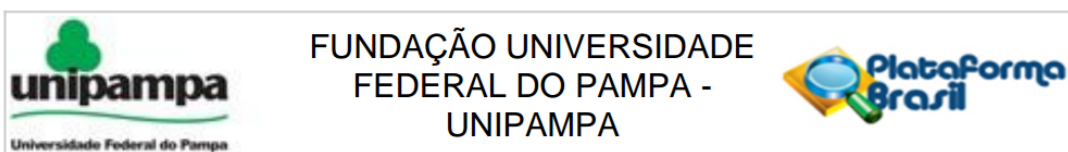
Esta pesquisa apresenta relevância no âmbito das relações de trabalho, especificamente a atuação sócio ocupacionais de profissionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

folha de rosto:Ok

TCLE:ok

Endereço: Campus Uruguiana BR 472, Km 592
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.500-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0202 **E-mail:** cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 1.806.449

termo de confidencialidade:Ok

Autorização co participante- OK

Recomendações:

Não ha recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendencias

Considerações Finais a critério do CEP:

A entrega de relatórios parcial e final são de responsabilidade do pesquisador

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_763947.pdf	26/10/2016 13:43:15		Aceito
Outros	carta.pdf	26/10/2016 13:41:21	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.docx	26/10/2016 13:40:03	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	26/10/2016 13:36:30	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Outros	cartaresposta.pdf	05/10/2016 16:11:16	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	coparticipante.jpeg	05/10/2016 16:09:58	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Outros	cronograma.pdf	05/08/2016 17:22:09	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termoconfidencialidade.pdf	05/08/2016 09:26:39	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Folha de Rosto	folharostotaila.pdf	05/08/2016 09:23:52	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/07/2016 20:50:45	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Outros	instrumentocoletadedados.pdf	23/07/2016 20:17:00	Elisângela Maia Pessoa	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	23/07/2016 20:00:50	Elisângela Maia Pessoa	Aceito

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km 592

Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa

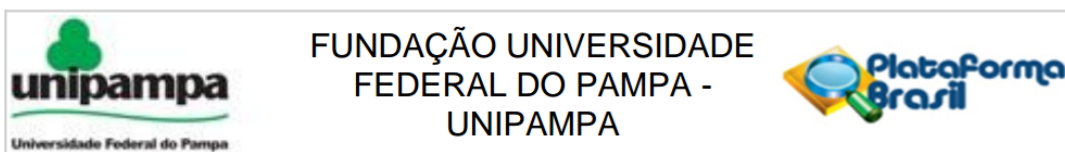
CEP: 97.500-970

UF: RS

Município: URUGUAIANA

Telefone: (55)3911-0202

E-mail: cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 1.806.449

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

URUGUAIANA, 04 de Novembro de 2016

Assinado por:
JUSSARA MENDES LIPINSKI
(Coordenador)

Endereço: Campus Uruguaiana BR 472, Km 592
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.500-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0202 **E-mail:** cep@unipampa.edu.br